

CPI - FURP - FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR

20.08.2019

CPI - FURP - FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR

20.08.2019

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo ato de nº 47, de 2019, com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades afetas à gestão da Fundação para o Remédio Popular, Furp, envolvendo os casos de corrupção no contrato para a construção da fábrica de medicamentos, bem como para averiguar a reprovação das contas anuais da entidade pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a ausência de planejamento e impactos da judicialização das demandas para fornecimento de medicamentos de alto custo.

Registro, com muito prazer, a presença dos nobres deputados Agente Federal Danilo Balas, nobre deputada Beth Sahnão, nobre deputado Carlos Cezar, nobre deputado Cezar, este deputado na Presidência e nobre deputado Delegado Olim. Solicito à secretária a leitura da ata da reunião anterior.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Sr. Presidente, peço a V. Exa. para dar como lida a ata anterior.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Fica dispensada a leitura da ata da reunião anterior. O objeto da pauta de hoje é proceder às seguintes oitivas: 1) Sr. Durval de Moraes Júnior, ex-superintendente da Furp no período de junho de 2015 a janeiro de 2019, que já se faz presente, e 2) Sr. Ricardo Lima e Silva, assessor técnico da Superintendência da Furp.

O Sr. Durval de Moraes já se encontra aqui presente. Eu vou passar a ele, para que ele, pela legislação presente, faça a leitura aqui de um termo. Vou passar ao senhor para que preencha e faça a assinatura.

O senhor foi convocado a comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades afetas à gestão da Fundação para o Remédio Popular, Furp, envolvendo os casos de corrupção no contrato para a construção da fábrica de medicamentos, bem como para averiguar a reprovação das contas anuais da entidade pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a

ausência de planejamento e impactos da judicialização das demandas para fornecimento de medicamentos de alto custo.

Como testemunha, com fundamento nos Arts. 203 e 218, ambos do Código de Processo Penal, combinados com o parágrafo 2º do Art. 13 da Constituição do Estado e Art. 3º da Lei estadual 11124, de 10 de abril de 2002, bem como as demais normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis à espécie, cumpre-nos adverti-lo que deve dizer a verdade, não podendo fazer afirmações falsas, calar ou negar a verdade a respeito dos fatos de seu conhecimento, por incorrer no crime previsto no Art. 4º, inciso 2º, da Lei federal nº 1579, de 18 de Março de 1952.

Passo a V.S.^a. um termo de compromisso para que possa preencher e assinar, e a gente possa dar continuidade aos trabalhos.

Há sobre a mesa um ofício do nobre deputado Alex de Madureira, impossibilidade de comparecer devido a licença. “Solicito a V. Exa. justificar essa ausência na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito agendada no dia de hoje.” Parabéns ao nobre deputado, afinal ele casou esta semana, pela informação da sua assessoria.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O Alex? Nem convidou a gente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nem convidou. Vamos cobrá-lo a hora que voltar, né? Mas sucesso e alegria a ele e à esposa.

Obrigado. O Sr. Durval já fez aqui a assinatura conforme determina a legislação. Dr. Durval, vou agradecer sua presença e passar a palavra ao senhor. O Sr. Durval tem, trouxe aqui, quer fazer uma explanação para nós, uma explanação rápida na tela, para poder explicar um pouco daquilo que ele pensa. Então nós vamos abrir a palavra a ele, para ele falar o que o que julgar necessário, e depois eu abro as perguntas aos Srs. Deputados. Tem o senhor a palavra.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Bom dia a todos. Hoje eu quero não só prestar esclarecimentos, mas também demonstrar aí a minha gestão de 2015 a 2018, as nossas angústias, conquistas e desafios que enfrentamos. Acho que é uma oportunidade também para demonstrarmos aí como é que foi todo esse período.

Bom, a Furp... Eu entendo que eu assumi a Furp no seu pior momento. Ela vinha numa crise já há algum tempo. Quando eu assumi a Furp, existia um cenário bastante complicado. Os colaboradores estavam inseguros, porque o seguro saúde já não era

pago - o próprio Dr. Flavio Vormittag comentou isso aqui na semana passada. O transporte também já não vinha sendo pago, então havia a paralisação, o funcionário ia fazer uma consulta e já não era atendido. Então a crise estava instalada.

O aumento de dívida, atrasos, ausência de capital de giro e investimentos também eram um grande problema na Fundação. Fornecedores com baixa participação nas licitações, em decorrência da falta de credibilidade que a Fundação vinha construindo, clientes insatisfeitos, atraso nas entregas, queda nas vendas... Tínhamos uma PDP que foi comentada aqui também pelo Flavio, da Novartis, que tinha uma...

PDP é um programa do Ministério entre o laboratório público, uma instituição privada e o Ministério, onde transfere a tecnologia do privado para o público, com o compromisso de o Ministério adquirir medicamento do público, mas essa operação tinha uma margem negativa, tinha instabilidade de repasses.

A divisão industrial passava por sérias dificuldades de insumos, de falta de material, manutenção, matéria-prima... Exatamente. Nós tínhamos um sistema de água que era muito antigo, então tinha uma contaminação constante. Enfim, tinha uma série de eventos aí que...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Só pela oportunidade, isso na fábrica de Guarulhos?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Guarulhos, Guarulhos, estou falando de Guarulhos, Guarulhos. Então, mas isso foi... Na verdade é o seguinte: a Secretaria da Saúde contratou a FIP para fazer um levantamento sobre a situação da Furp. Isso foi em 2014, e ela trouxe um relatório descrevendo tudo isso que nós estamos conversando aqui, ou seja, aspecto de recursos humanos, produção, com relação à parte comercial... Eu vou até passar o relatório para os senhores, coloquei em dois envelopes.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ok. Tomo ciência aqui. É o levantamento que a FIP fez?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Que a FIP fez.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É o relatório da FIP.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - O relatório da FIP. Na época, em 2014, foi o pedido do secretário, e, em 2018, isso foi enviado para a Corregedoria. A Corregedoria, em 2018, nos pediu quais foram as ações que tomamos em relação a esse relatório. Vou repassar aqui também quais foram as nossas ações.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Certo.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - E, com base nesse cenário, nós tomamos algumas ações. Nós substituímos a alta administração. Na verdade, o gerente geral financeiro e comercial estava acumulando o cargo na época, então nós substituímos o gerente da produção.

O SR. CEZAR - PSDB - Quem era o gerente geral, o nome?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - O gerente geral da área comercial?

O SR. CEZAR - PSDB - Que tomava conta de tudo isso aí.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Era a Viviana, Viviana, que acumulou a função da área... O gerente geral era eu, que, além de superintendente, acumulava a função de gerente geral.

O SR. CEZAR - PSDB - O senhor disse que havia alguém lá que tomava conta de tudo. Eu só quero saber o nome, pra saber se ele já esteve aqui conosco.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Então, assim, tem a divisão da administração e finanças e a divisão comercial. Essa pessoa acumulou as duas funções durante algum tempo.

O SR. CEZAR - PSDB - Essa pessoa tem nome?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Viviana. Não lembro o nome dela, o sobrenome, mas é Viviana. E tinha o Advar, que era o responsável para área industrial, produção. No lugar da área comercial veio o Eduardo. O Ricardo assumiu a área de

administração e finanças junto comigo, e o Valter, que vai fazer depoimento amanhã, assumiu a função de gerente geral da área de produção industrial.

O SR. CEZAR - PSDB - O senhor acabou de falar que não se produzia, que estava parado. O que ele fazia lá?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, não. Produzia, produzia. Vou mostrar para vocês inclusive as quantidades que eram produzidas. Não falei que estava parada, se produzia, tá? Produzia sim. Produzia com muita dificuldade, mas produzia. Bom, além da substituição da alta administração, nós implantamos a governança corporativa, que é o método onde você tem mais transparência na gestão, melhora a comunicação, compartilha as decisões com a equipe. Foi outra ação que tomamos.

Renegociamos as dívidas com os credores; reduzimos os gastos; revisamos contratos, horas extras, escopo de licitações; alinhamos com a SES a execução de repasses; reduzimos o pessoal - fizemos PDV -, e vou mostrar inclusive as quantidades aí, daqui a pouco; cargos de confiança também foram bastante reduzidos. Tinha sete assessores quando eu saí....

O SR. CEZAR - PSDB - O senhor cortou o custeio da máquina. Isso foi em que ano?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Foi de 2015 a 2017 onde teve os maiores cortes.

O SR. CEZAR - PSDB - Continua.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Quando eu cheguei à Furp, tinha sete assessores. Quando eu saí da Furp, em 2018, tinha dois assessores, sendo que um estava emprestado ainda para a Secretaria. Então nós melhoramos a programação e a produção; implementamos um novo sistema da água; adequamos a climatização e a regularização de fornecimento de insumos; intensificamos as visitas comerciais e estratégicas junto ao Ministério da Saúde; fizemos reuniões com a baixa e a média gerente, para alinhamento das iniciativas; criamos o Comitê de Empregados, porque os

colaboradores me procuravam uma certa frequência, isso mais em 2016, 2017. Então, para criar algo oficial, nós criamos o Comitê dos Empregados.

Teve uma eleição, a fábrica elegeu três pessoas e nós fazíamos reuniões mensais para discutir os interesses da Furp, preocupações com relação aos colaboradores, isso passou a ser uma rotina também. E o posicionamento periódico de tudo o que acontecia junto ao Conselho Técnico de Administração na SES, reuniões que aconteciam todas as quartas-feiras, e também reuniões no Conselho Deliberativo da Furp.

Então, como resultado, o que nós tivemos? Nós tivemos a maior transparência sobre a situação da Furp, e eu entendo que os colaboradores também tiveram maior visibilidade daquilo que estava acontecendo; melhor interação entre as áreas e os colaboradores, foi muito mais consciente; fornecedores mais seguros, porque melhoramos e muito a pontualidade dos pagamentos; recuperação da imagem junto aos clientes; melhor equilíbrio financeiro; a produção se tornou mais estável...

A produção não aumentou, inclusive ela reduziu, mas ela ficou mais estável e mais controlada. Ela ficou sob uma gestão onde era mais previsível. Conseguimos novos clientes - Guarulhos, Bahia, Ceará foram conquistas importantes aí para a recuperação -, e fortalecer inclusive a nossa previsão de recuperação para 2019.

Em 2019, no primeiro semestre, se produziu mais do que em 2018, mas isso foi em decorrência do trabalho que foi feito em 2018, né? Nós vendemos, nós compramos insumos, nós preparamos a fábrica, então deixamos a fábrica preparada para 2019, para produzir mais. Nós conseguimos em 2018 a primeira patente da Furp, de um medicamento chamado artemeter, que é para malária.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Quando foi?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Em 2018, em meados de 2018. Deve ter mais umas duas ou três na fila. Isso foi uma parceria que nós fizemos com a USP e que proporcionou o depósito dessa patente. Nós fizemos a primeira exportação através da Opas, valor pequeno, mas valeu a experiência para abrir o caminho e buscar novos mercados. A Opas atende países da América do Sul e Caribe, são países que têm as mesmas características e dificuldades como as nossas, então é um mercado que a gente entende que pode ser explorado.

Iniciamos a PDP da galantamina, para Alzheimer, e, em 2015 - vou passar também para os senhores -, soubemos de um parecer do Tribunal de Contas em que

nossas contas foram aprovadas no primeiro ano de gestão. Então em 2012, 2013 e 2014 - está escrito aqui - tem uma manifestação de irregularidade, mas em 2015, nosso primeiro ano, as contas foram manifestadas como regulares.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Recebo em mãos aqui e solicito à Secretaria e aos deputados que quiserem ter acesso a toda essa documentação, já franquear. Quero registrar, com muita alegria, a presença do nobre deputado Thiago Auricchio. Devolvo a palavra ao Sr. Durval.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - E o que eu quero destacar também é que a Furp vivia numa situação muito difícil, mas o País também ingressou numa crise muito violenta, e ainda vivemos essa crise, né? Então todo o processo de recuperação ficou mais difícil, porque quem são os nossos clientes? Os nossos clientes são os municípios, os estados, o Ministério, e a arrecadação despencou nesse período. Então, para a gente conseguir buscar novas vendas, tivemos também muitas dificuldades.

Outro aspecto que influenciou também foi o aspecto político. Trocamos de ministro umas cinco vezes nesse período, então, toda vez que tinha que começar alguma negociação, algum esclarecimento, tinha que ir e voltar, ir e voltar.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - O senhor foi indicado por quem do governo? Só aproveitando o gancho, o senhor falou que houve muita troca, mas aqui no estado de São Paulo, a indicação do senhor veio de quem?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Do David Uip, secretário David Uip. Então tivemos eleições municipais, e toda vez que você troca o prefeito, troca o secretário... Não sei se o senhor sabe, mas o índice de troca de secretários da Saúde no primeiro ano é muito grande, então todo início de conversa exigia um esforço muito grande para conquistarmos os clientes. Então era um contexto que não era favorável para a recuperação. Tínhamos a crise da Furp, embalada pela crise política e também pela crise econômica. Nós tínhamos dívidas em dólar quando assumimos, e o dólar chegou a R\$ 4,15. Então foram momentos bem complicados.

Aqui eu trouxe alguns números. Então em 2015 nós tínhamos 1.066 empregados. Nós fizemos um plano de demissão voluntária e, em 2018, chegamos a 880. Então foi uma redução acho até que até que significativa, porque o plano nem era muito atraente,

mas tivemos uma queda de quantidade de colaboradores razoável. A folha com os benefícios e impostos, em 2015, era de 80 milhões de reais; em 2016, 75; em 2017, 72; e em 2018 aumentou para 76.

Por que isso aconteceu? Quinquênio e sexta parte. Todos os funcionários da Furp da Furp entram com ação de quinquênio e sexta-parte. Em 2015, a gente tinha 600 mil reais de quinquênios e sexta-parte. Em 2018, sete milhões e meio. Isso porque em 2015 e 2017 nós não aplicamos o reajuste; nós congelamos os salários. Em 2016, foi cerca de 10% e, em 2017, foi 5%.

Em 2018, concedemos um e noventa e pouco, que foi só o INPCA. Horas extras, até junho de 2015, tinha-se gasto um milhão e cem. De quando nós entramos até o final do ano, foi um milhão, cento e trinta e oito.

O SR. CEZAR - PSDB - Dr. Durval, como hora extra se não produzia? O senhor mesmo acabou de afirmar. De onde vinha esse dinheiro, como pagava, o que faziam?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Quando assumimos a Furp também achamos isso. Para que tanta hora extra se nós estamos numa condição de ociosidade? Então, cortamos a hora extra. Toda solicitação de hora extra tinha que passar por mim.

O SR. CEZAR - PSDB - Sr. Presidente, havia um caixa dois até na hora extra. Simples de ver aí.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Em 2016, gastamos 313 mil de hora extra. Em 2017, 224 mil. Em 2018, 157 mil reais. Então, despencaram as horas extras. Teve até processo contra a Furp porque eles estavam habituados de incorporação ao salário.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Desculpe-me fazer uma interrupção. É que às vezes isso acontece no serviço público, ou seja, como os salários são baixos, há uma complementação do salário via hora extra. Essa não é a única empresa pública que faz isso.

Isso acontece em empresas públicas; isso acontece em prefeituras; isso acontece em muitos lugares. Eu acho que é muito mais nesse sentido do que de fato ela realizada.

Eu acho que ela nem foi realizada, porque é um montante bastante expressivo para se transformar isso em horas de trabalho.

Eu não acho que foram horas de trabalho, mas acho que são acordos que são feitos com chefias, com gerências, etc., no sentido de propor isso. Eu penso que deve ter sido dessa forma.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Em 2015, a Furp ainda pagava um certo bônus aos funcionários na situação que ela vivia. Estava incoerente com a realidade da empresa. A produção da Furp só de Guarulhos teve uma queda até. Em 2015, ela fabricou 765 milhões. Em 2018, nós estávamos fabricando 332 milhões, mas esse valor veio se recuperando.

No segundo semestre de 2018, nós começamos a receber aí a recompensa de todos esforços que vinham sendo realizados. No mês de outubro, novembro e dezembro que a produção começou realmente a subir. Em janeiro, fevereiro e março deste ano também.

Por isso que este ano aqui se produziu mais do que no ano passado. Então, foi todo um esforço que foi realizado visitando prefeituras, DRS, visitando o Ministério da Saúde para conseguir buscar esses clientes.

Na Américo Brasiliense, a produção foi de 73 milhões em 2015; 531, em 2016; 429, em 2017; e em 2018, 197. Agora, por que essa produção? Porque ela ficou limitada ao valor de 90 milhões de reais.

O SR. CEZAR - PSDB - Essa produção gerava lucro? Porque a finalidade não era lucro.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Se você colocar todos os custos fixos...

O SR. CEZAR - PSDB - Havia um superávit, empatava?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, se você pegar o custo do produto... Outra coisa que a gente fez foi a seguinte, a gente não vendia com prejuízo mais. A gente vendia para pagar pelo menos os nossos custos. O medicamento que a gente colocava para o cliente tinha o nosso valor embutido lá.

Agora, se você colocar a ociosidade, aí a situação é diferente, porque como a ociosidade era muito grande, então o resultado se tornava negativo. Mas o custo da produção especificamente daquele medicamento era positivo. Não sei se eu fui claro.

O SR. CEZAR - PSDB - Claro, tinha muita gente ociosa.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É.

O SR. CEZAR - PSDB - Foi isso, não foi?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Tinha.

O SR. CEZAR - PSDB - Havia muito vagabundo na Furp, na linguagem popular.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, não era isso não.

O SR. CEZAR - PSDB - Ocioso é vagabundo. Não trabalha é vagabundo. Só tem uma coisa: ou trabalha ou é vagabundo.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, não considero isso. Eu acho que a ociosidade é porque não existia uma força comercial.

O SR. CEZAR - PSDB - Ele recebia e era ocioso. Não trabalhava; é vagabundo. Não tem outro sentido. O cara não trabalha, bate cartão, entra lá, recebe e é ocioso? O senhor está fazendo um planejamento bom aí, fique tranquilo.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Eu quero dizer o seguinte, é uma expressão muito forte e eu não concordo.

O SR. CEZAR - PSDB - Não é sua expressão. É do deputado Cezar, não é sua. Ociosidade com vagabundo, estão ligados. É que nem amor e carinho. Estão ligados juntos. Não tem como separar eles.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Eles não produziam não é porque eles não queriam. É porque não tinha demanda.

O SR. CEZAR - PSDB - Desculpe eu te interromper. O senhor disse claramente que se tirasse a ociosidade, gerava lucro. Havia muitas pessoas ociosas. Então, havia um empate no custeio da máquina.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Vamos fazer um outro paralelo aqui, se o senhor me permitir.

O SR. CEZAR - PSDB - O senhor falou com a sua linguagem. Não foi com a minha não.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - A ociosidade não era provocada por eles. É porque não tinha demanda suficiente para se produzir. Era essa a situação. Se você pega uma empresa privada onde existe uma ociosidade, o que uma empresa privada faz?

O SR. CEZAR - PSDB - Ela manda embora.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Ela manda embora. Se a Furp manda embora hoje, daqui a três meses o funcionário volta, porque entra com processo de reintegração. Tem toda essa dificuldade. Enfim, em relação às produções que eu tinha que comentar.

Os gastos anuais, em 2015, 50 milhões; em 2016, 49; em 2017, 40 milhões; em 2018, 39 milhões. Então, foram os resultados que nós obtivemos durante essa gestão aqui. Isso aqui excluindo o pessoal que está lá em cima, depreciação e PDV. Estamos falando isso mais de uma situação financeira. A dívida líquida aqui eu acho que é importante a gente se atentar.

A dívida líquida, em 2015, era de 87,3 milhões, sendo que a dívida da CPM era de 17,2 milhões. A dívida líquida em 2016 era de 106,7 milhões, sendo que a da PPP de Américo Brasiliense era de 69,7 milhões. A dívida líquida em 2017 era de 103 milhões, sendo que da PPP era de 78 milhões.

A dívida líquida em 2018 era de 109 milhões, sendo que da PPP era de 93 milhões. Então, observe que houve uma inversão. Enquanto nós conseguimos sanear...

O SR. CEZAR - PSDB - Essa PPP era valiosa. Como é que essa PPP está na...
Impressionantes esses dados aí.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Mas por que isso aconteceu? Porque a secretaria no começo da operação não repassou os valores devidos ou quando começou a repassar, repassou com valor inferior justificando que deveria pagar o preço da ata. É uma discussão que já tivemos aqui. Então, a dívida da PPP foi sendo incrementada ano após ano.

O SR. CEZAR - PSDB - Crescendo, crescendo? Uma bola de neve.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Aí tem juros, aí chegamos na situação. Mas a dívida com os credores normais da Furp está em 2018 por volta de uns 13, 16 milhões. Isso aconteceu porque a secretaria reconheceu que precisava nos ajudar e com apoio da SES ela nos ajudou.

Então, ela refez repasses para a gente para conseguirmos renegociar com os fornecedores. A Furp sozinha não teria condições de liquidar essas dívidas como foi feito. Em 2015, ela ajudou com 27 milhões; 2016, com 35 milhões; 2017, 15 milhões; e em 2018 ela não colocou nada com relação às dívidas pré-existentes.

As vendas em 2015 eram de 51 milhões. Em 2016, caíram para 31 milhões. Nós tivemos um problema com o ministério. O ministério não comprou da gente ou comprou pouco na época e o ministério é um cliente bastante importante. Em 2017, 40 milhões. Eu estou falando só daquilo que realmente a gente vende. Não estou falando de repasse da secretaria. É aquilo que a gente realmente consegue vender.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Oficializa?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Exatamente. Em 2017, 40 milhões; em 2018, 51 milhões. Então, só pra mostrar para vocês que a gente começou a trazer algum respiro para a Furp em 2017 mesmo; 2016 foi um ano ainda muito difícil. Em

2017, a gente se sentiu mais confiantes, saímos mais para o mercado e em 2018 chegamos a 51 milhões, que é pouco, mas o caminho é lento mesmo.

Isso excluindo o faturamento da PPP, que ele distorce os números. Nesse período, a fatura da PDP foi de 313 milhões, mas como a era uma operação negativa, a gente fez um destrato amigável com a Novartis. Como a gente sabia que existia o risco de mudança inclusive da direção da Furp, nós preparamos um relatório para entregar para a nova administração.

Nós preparamos isso em 2015, em abril de 2018, quando mudou o governador, mas nós continuamos lá. Depois preparamos novamente no final do ano e quando chegou o novo secretário, nós entregamos esse relatório para o secretário.

Entregamos esse relatório também para o Dr. Afonso, que a gente acreditava que era profissional deixar o material preparado para que ele tivesse conhecimento das necessidades e perspectivas que a Furp vivia. Inclusive esses números que eu citei, boa parte foi tirada daqui, que a gente fez lá em outubro, novembro de 2018.

Foram dados que foram extraídos durante a minha gestão. Vou deixar com os senhores porque aqui traz também todas as informações referentes à condição em que a Furp se encontrava nesse período.

O que a gente diz? Embora a Furp tenha melhorado seu equilíbrio financeiro, ela ainda exige muitos cuidados. A continuidade do controle de gastos tem que ser mantida. Alteração de estatuto era algo que a gente pretendia fazer, porque o estatuto amarra demais a Furp.

A gente até gostaria que a Furp atuasse como distribuidora de medicamento, que é uma fonte de receita que poderia ser bastante razoável, mas o estatuto não permite isso.

O SR. CEZAR - PSDB - Mas foi feita uma adequação no estatuto. Por que não mudou?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não foi feita.

O SR. CEZAR - PSDB - Lá consta.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não. Isso está como próximas ações programadas. Em relação aos investimentos, há algo importante que tem que ser feito. A Furp tem os registros dos seus medicamentos atuais. É um portfólio que não é atual?

Não é atual, mas tem mercado ainda e se você não investir nos registros de medicamentos, aí nem precisa fechar a Furp; ela fecha sozinha, porque um laboratório sem registro de medicamentos perde sua razão de existir. Buscar novos produtos com maior valor agregado é outra coisa que tem que ser feita, que nós estávamos também à procura.

Pesquisa e desenvolvimento focados em medicamentos essenciais para o SUS. Medicamentos estratégicos, medicamentos de pouco interesse comercial. Acho que a finalidade social de um laboratório público é essa mesmo. Não precisa buscar medicamentos que todo mundo produz.

Se for para existir, que traga aqueles medicamentos de baixo interesse comercial e que traga alguma colaboração para a sociedade. Reestruturação da área comercial, isso é o que nós estávamos fazendo também porque a área comercial da Furp só tinha um diretor e um gerente comercial.

Nós estávamos preparando uma licitação. Eu acho que o Afonso até colocou essa licitação na praça depois para conseguir fazer parcerias com representantes comerciais espalhados pelo Brasil, porque os laboratórios privados têm seus representantes espalhados em tudo quanto é lugar.

Então, todo dia batendo na porta da prefeitura, da secretaria e nós pretendíamos fazer isso também. Aumento de capital de giro é outra necessidade que tínhamos e evidentemente a adequação da PPP de Américo Brasiliense.

Eu falei até agora do meu período lá na Furp de 2015 a dezembro de 2018. Eu não sei se vocês querem debater um pouquinho sobre essa situação ou se eu posso ingressar e falar especificamente da PPP.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Eu acho que é importante o senhor terminar e aí a gente abre os questionamentos aos deputados, assim eles têm um quadro geral.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Eu vou falar um pouquinho da PPP. A PPP foi modelada pela Secretaria da Saúde, Planejamento, Fazenda, PGE, Fundap e a própria Furp.

Foi um projeto feito com a participação de várias secretarias e ela consiste entre um convênio entre a Secretaria da Saúde e a Furp, no qual a Secretaria da Saúde define

a lista básica dos seus produtos, define a programação de produção anual e faz o repasse da contraprestação, que são os 90 milhões que nós falamos aqui.

A Furp tem como obrigação a gestão de seu contrato, fiscalização do parceiro privado, pagamento da contraprestação para a CPM, a logística de medicamento. Toda a distribuição era de responsabilidade da Furp - a CPM fazia os medicamentos, encaminhava para a Furp e a Furp fazia toda a distribuição.

E a lista adicional, que é a possibilidade de você incluir um novo medicamento que não estava na lista básica e que pode ser um preço negociado e pode eventualmente trazer algum benefício na operação, mas nesse período em que estivemos lá, conseguimos colocar só um medicamento nesta lista adicional.

E a CPM, que tem na sua obrigação a gestão, operação e a manutenção da fábrica, fornecimento de medicamento e disponibilização em registro de medicamentos e investimento da infraestrutura. E como que acontecia essa remuneração? Ela era dividida em duas parcelas.

A Furp se obrigava a pagar 25 mil reais por registro por mês de cada medicamento produzido; isso na época do contrato. Corrigindo agora isso deve estar em 36, 37 mil reais.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O registro?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Registro. E o medicamento produzido na época eram uns 25 mil reais; atualizado hoje dariam uns 38, estou chutando aqui, mais ou menos isso. Começou a produzir, ela paga 25 mil reais todos os meses durante todo o contrato.

Se começou no começo da operação, vai pagar os 15 anos. Se começou no último ano da operação, vai pagar o último ano, mas 25 mil reais. E esse valor remunerava o registro do medicamento e o investimento na infraestrutura. Essa parcela nunca foi paga, mas nunca pagamos porque o registro que a CPM trouxe era o registro clone.

Não sei se vocês já têm familiaridade com esse assunto, mas o registro clone é o espelhamento do laboratório de origem. O que acontece? Ele não é propriedade da Furp e se por acaso o laboratório perder esse registro, o laboratório de destino também perde.

Nós consideramos que esse registro não era o registro que tinha sido contratado, não era o registro ordinário, então não pagamos nenhuma parcela. Com relação ao preço do medicamento, foi feita a licitação. A CPM apresentou um desconto de 49.99% em

cima da tabela CMED e esse preço era fixado e posteriormente reajustado de acordo com a variação percentual de preço.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Eu estou com uma dúvida aqui. Não quero te interromper.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Fique à vontade.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Tenho depois algumas perguntas para fazer. Com relação ao registro, é o registro da patente, é isso?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, não é patente.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Esse registro o que é? Só para me esclarecer.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É o registro que é feito junto à Anvisa que autoriza o laboratório a produzir o medicamento. Ele não precisa ter a patente desse registro.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Ele não precisa ter?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - A patente pode ser o clone? Pode ser uma outra...

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - O laboratório que tem a patente, ele tem a patente e pode ter o registro, mas só ele é autorizado a produzir aquele medicamento. A hora que quebra a patente, outros laboratórios podem ter também o registro.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Eu descobri uma produção de uma medicação para curar dor de cabeça. Aí eu vou lá e solicito isso na Anvisa, é isso?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Você tem a patente, faz o registro e vai ficar autorizado a comercializar aquele medicamento e durante uns bons anos só você pode fazer isso porque você tem aquela patente que te garante aquele mercado. Depois quando se quebra a patente, aí outros laboratórios podem utilizar também essa molécula.

Então, o que aconteceu com a parcela B, que remunerava a produção de medicamentos? Definiu o preço com base no corte, então deu aquele desconto de 49,99% em cima da tabela CMED e era reajustado anualmente. De acordo com o contrato, o preço do medicamento era sempre reajustado, independente do comportamento de mercado.

O que acontece? O preço do medicamento no mercado podia abaixar, mas o contrato reajustava e ele subia. Só em 2016 teve um aumento de 12% no medicamento, enquanto o mercado estava empurrando o preço para baixo. Entendeu?

Por que isso acontece? Por que o preço cai também? Teve a entrada de novos concorrentes, então tem os chineses, os coreanos, os indianos, que ingressam no mercado nacional e trazem o preço para baixo. Então você vê como é cruel você tabelar os preços, porque a CMED é um dos poucos itens que existe que ainda controlam alguma coisa. Então acontecia essa situação no mercado. O mercado ia para um lado e o contrato ia para outro. Ok?

Sem contar o seguinte. Quando você faz uma licitação, você vai ter uma cesta de medicamentos e a secretaria vai comprar essa cesta de medicamentos. Ela vai comprar vários medicamentos de fornecedores diferentes, porque ela vai comprar sempre do mais barato. Por que está mais barato? De repente o fornecedor comprou a matéria-prima com um preço bom, ele está estocado. Então existem situações de mercado que colaboram com a queda do preço. Ou ele simplesmente quer entrar no mercado público, então ele derruba o preço. Então são situações que acabam aumentando essa diferença do preço de ata, como já falamos aqui, com o preço do contrato da PPP. Ok?

Uma coisa que eu acho que aí é uma falha no contrato, a PPP não tem ganho de escala. Não tem. Então você comprando um medicamento ou comprando um milhão, o preço unitário é o mesmo. Se a secretaria vai comprar um milhão de medicamentos, evidentemente o fornecedor considera isso um ganho de escala, porque o custo fixo dele vai ser dividido por esse volume.

Aqui eu vou comentar um pouco da evolução da operação da PPP. A PPP começou o seu projeto em 2010, 2011, não tenho certeza, mas o convênio entre a secretaria e a Furp foi feito em julho de 2013. O convênio PPP Furp e CPM foi assinado em agosto de 2013. Em maio de 2014 teve a concessão dos registros de clone, que proporcionou maior agilidade na produção dos medicamentos, porque se fosse obter o registro como registro ordinário isso levaria dois, três anos. Em maio de 2015 foi quando iniciou o fornecimento de medicamentos do registro da modalidade clone, mas com preço de ata. A secretaria pagava a preço de ata, que era inferior.

Em junho de 2015 foi quando eu ingressei na Furp. Então eu assumi a Furp em junho de 2015. Fizemos toda aquela reestruturação que eu comentei aqui. Trocamos gerentes gerais. A própria gestão da PPP eram outras pessoas. A partir de julho - vou deixar aqui também com vocês - nós nomeamos o Ricardo, que também está aí e vai fazer seu depoimento, e o Walter Brocanello, que vai depor amanhã.

Quem estava à frente dessa PPP, quem ajudou a elaborar esse plano, uma das pessoas que ainda não foi comentada aqui, foi o Gustavo Gaspar. Ele que estava à frente da elaboração desse projeto. Pelo menos era o que me parecia. Ele, junto com o Adivar, junto com o Dr. Flávio também.

Em julho de 2015, nós, logo que entramos, analisamos o contrato da PPP e percebemos essa distorção que tinha. O que nós fizemos? Enviamos uma carta para a CPM pedindo para a gente buscar um reequilíbrio nesses preços. Isso não foi... Tinha acabado de acontecer o contrato, eles tinham argumentos suficientes para não aceitarem o reequilíbrio e isso provocou uma reunião da Secretaria da Saúde entre a SES, a CPM, na verdade era até a EMS que estava presente, o Carlos Sanchez e seu assessor, e a Furp. Discutimos algumas situações e até montamos um grupo lá para buscar alternativas. Todas as alternativas que a gente tentou buscar nesse período não tiveram êxito.

Eu não vou detalhar muito, mas, se precisar, vocês, por favor, fiquem à vontade para perguntar.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Se o senhor puder até agilizar, é importante o senhor estar colocando, mas como o senhor vai deixar todos esses registros aqui para que eles tenham um tempo para questioná-lo.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Então, o que aconteceu? Teve um envio de ofícios para a secretaria sobre o cumprimento contratual. Como estava atrasada, a CPM notificou a garantia, então corria o risco de execução da garantia.

Aí, quando foi feito aquele acordo de se pagar sete milhões e meio para tentar regularizar a situação e depois 90 milhões por ano, que dá sete milhões e meio vezes 12, teve toda essa comunicação. Então todos os envolvidos ficaram cientes do que estava acontecendo. Eu estou falando dos envolvidos da PGE, Secretaria de Governo, Secretaria da Fazenda, CPP, todo mundo.

O SR. CEZAR - PSDB - Durval, quando você assumiu lá eram esses sete milhões?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não.

O SR. CEZAR - PSDB - Era mais?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não. Não era nada. Quando assumiu, a secretaria podia fazer uma...

O SR. CEZAR - PSDB - A PPP... A PPP...

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Ela fazia...

O SR. CEZAR - PSDB - Foi assinada em 2013. Em 2015, o senhor achou que estava errado.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - De 2013 a 2015, a CPM ficou preparando a (ininteligível) do papel para produzir. Registro, toda a burocracia...

O SR. CEZAR - PSDB - Mas esse faturamento aí é que está pegando, 90 milhões.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Então...

O SR. CEZAR - PSDB - O senhor acha que gastava quanto para produzir esses remédios na cesta? Trinta e quatro, trinta e cinco milhões?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Olha, se você for comparar com os preços de atas, você vai ver que o preço é quase metade ou até menos.

O SR. CEZAR - PSDB - Mas o senhor assumiu, o senhor não viu que isso era uma aberração?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Tanto é que eu mandei um ofício lá pedindo reequilíbrio.

O SR. CEZAR - PSDB - É isso que eu estou perguntando para o senhor. Porque a diferença é muito grande.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Tanto é que eu mandei. Mas eu estou procurando aqui um documento que eu mandei para... Em dezembro. Em dezembro de 2016, nós mandamos um documento por e-mail para todos os envolvidos, para a Secretaria de Governo, Secretaria da Saúde, PGE, CPP, falando de toda a situação.

Inclusive, esses 90 milhões, vocês podem até checar aqui nesse documento, não eram 90 milhões. A nossa proposta é que limitasse a 60 milhões para dar tempo de a gente se reorganizar, não crescer muito a dívida, não parar também a fábrica, mas a gente não conseguiu fechar nesse valor na negociação. Acabou fazendo por 90 milhões. Tudo isso junto à Secretaria da Saúde.

Então esse é um documento que relata toda a situação em dezembro de 2016, que foi distribuído para todos os envolvidos. Todos. Todos tinham ciência do que estava acontecendo.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu só queria dizer a V. Exa. que a apresentação que ele está nos trazendo é uma apresentação muito elucidativa, talvez uma das mais completas que nós tivemos aqui até agora.

Então gostaria de pedir a V. Exa. que a gente pudesse ouvi-lo, porque muitas coisas ele está nos esclarecendo, inclusive explicando. Acho que seria interessante ele ter um tempinho a mais, se pudesse.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ok, excelência.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Então eu vou falando e vou repassando os documentos para os senhores.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Exato.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Então vamos lá. Então tivemos um ofício para a SES, em relação ao cumprimento contratual. Tivemos aqui um documento que talvez vocês até já tenham, que era o parecer da PGE falando sobre o preço do medicamento, da opção de escolha da secretaria. Temos também aqui... Aí tem outro ofício também falando sobre o cumprimento contratual. Aí temos aqui... Nós fomos questionados pela CPP, que é a Companhia Paulista de Parcerias, que nos questionou sobre a PPP em agosto de 2016. Respondemos também. Então mais um documento. Aí tem outro sobre cumprimento contratual, que nós mandamos para a SES.

Em agosto de 2016 foi quando a gente começou a receber pelo convênio, pelos sete milhões e meio, considerando o valor do medicamento, do preço que ela nos repassava. Tivemos aqui (ininteligível) na PGE para tratar do assunto, também em 2016. Temos também uma resposta para a Secretaria de Governo, que nos solicitaram referente às questões da PPP. Nós respondemos e encaminhamos. Temos aqui...

Em maio de 2017, nós mandamos outro comunicado para a Secretaria da Saúde atualizando aquilo que nós mandamos em dezembro sobre a situação da PPP. Esse material aqui, uma parte dele até saiu no “O Estado de São Paulo”, não sei se vocês lembram que saiu quando isso começou a veicular. Saiu até um texto que eu mesmo escrevi em relação a algumas questões. Eu coloquei lá da logística, do ICMS. Não sei se vocês se lembram disso aí. A CPM não paga o ICMS referente a esse produto. A logística quem faz é a Furp, que não tem ganho de escala. Então esse trecho até saiu no “Estadão”, de São Paulo, e foi mais um documento que nós montamos e deixamos à disposição.

Então, o que aconteceu? A gente teve, em julho de 2017, uma reunião do Conselho Gestor. O Conselho Gestor era no Palácio, onde se reúnem os conselheiros do estado. Nós apresentamos esse problema também do Conselho Gestor. O que estou falando aqui falei lá para eles também. Na época, o secretário saiu lá com uma orientação para chamar o presidente da EMS, o Carlos Sanchez, para falar justamente sobre as dificuldades que nós tínhamos.

Foi chamado o presidente. Eu estava presente na reunião. Estava eu, ele e o Carlos Sanchez. O secretário disse das dificuldades que tinha, que não dava para continuar do jeito que estava. O Carlos Sanchez, na época, pediu para conversar com o governo, afinal, a decisão realmente, entendo eu, está mais no âmbito do governo. A partir desse momento, não tive mais nenhum posicionamento, a não ser de que essa situação estava com a secretaria do governo para tratar do assunto.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Essa reunião foi para quê? Qual a razão?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - O secretário chamou justamente para falar das dificuldades da continuidade desse processo. A intenção era até fazer um destrato.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Isso foi quando?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Olha, não tenho um registro formal, mas deve ter acontecido entre agosto e setembro de 2017.

Vou completando aqui: nós falamos aqui de uma parte da operação, que era da produção da CPM. Tem a parcela A, que trata do investimento. É o seguinte: há uma lista estimada que, entre registros e investimentos em infraestrutura, somava 130 milhões, ou seja, 70 milhões para 96 registros de medicamentos e 60 milhões para melhoria da infraestrutura.

Como comentei, a gente não fez nenhum pagamento da parcela A. A Furp, como poder concedente, tinha a prerrogativa de refazer o plano de investimento de acordo com sua conveniência e interesse. E teve alterações nesse plano de investimentos. O plano de investimentos estava muito arrojado: fazer tudo aquilo que estava escrito em um ano, não era algo que... Não era realizável.

Então, tinham situações que não agregavam melhorias, outras não eram necessárias para a operação ou não sei se seriam aproveitadas como alegaram. E teve também a troca de medicamentos. Quando saiu a lista base com os 96 medicamentos, quando começou a PPP, 40 medicamentos já não eram de interesse da secretaria. Então, precisava fazer um investimento de acordo com aquilo que poderia ser produzido.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Esses 130 milhões foram, de fato, investidos?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É assim: 70 milhões seriam em registros, aquilo que nós comentamos, e 60 milhões... Eu sei que essa dúvida, eu a vi aqui algumas vezes e acho que ficou em aberto. Eram 60 milhões em infraestrutura. Então, estou falando de equipamentos, reformas, construção. O que aconteceu? Os registros foram os clones.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Não foram pagos.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Nós não pagamos.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Não foram pagos.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - E o investimento foi feito, acho que foi... Tenho aqui na frente: foi feito 18% até dezembro de 2018. E 54% do realizado com relação à parte física do investimento. Mas vou falar um pouquinho mais ainda da parcela do investimento. Então, não sei, ficou clara a questão do investimento ou tem alguma...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Não, esses valores estavam no contrato da PPP?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não tem um valor no contrato.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Não tem valor.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não tem valor, tem uma relação de itens que, vocês listando e valorizando, são estimados e somam esses valores.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - E os 70 milhões não foram pagos porque estavam no clone, os medicamentos.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Então, são aqueles 25 mil reais que deveríamos ter pago caso fosse um registro ordinário. Não foram pagos.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - E os 60 milhões... Foi pago um percentual sobre esses...

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, não pagamos nada com relação à parcela A. Nada, nada, nada. Entendeu? Não pagamos nada.

O SR. CEZAR - PSDB - E antes do senhor, era pago?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não também.

O SR. CEZAR - PSDB - Então ninguém pagava nada?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Isso era para ser pago de acordo com a liberação dos registros e os registros começaram a acontecer mais em 2015.

O SR. CEZAR - PSDB - Na sua gestão.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É, começou um pouquinho antes da minha gestão.

Aqui o que acontece? Outubro foi quando iniciou o prazo para a realização dos investimentos de infraestrutura. Outubro de 2013. Então, teoricamente, em 2014 deveria estar tudo realizado, mas não era possível e tinha itens lá, com a mudança de portfólio da secretaria, e interesse da Furp, não valeria a pena investir em alguns itens. Então, foi feito um replanejamento. Entre idas e vindas, a CPM e a Furp discutiram os investimentos. Isso foi se adequando no decorrer desse tempo, até que, efetivamente, foi

fechada a lista de investimento, e a lista completa de investimento foi encerrada em fevereiro de 2018.

Então, eu tenho aqui. Eu nem vou falar um a um, senão a gente vai... Aqui tem a troca das correspondências trocadas, em relação ao investimento, entre a Furp e a CPM, e como isso foi tratado. Então, foi desse jeito que a gente administrou. Aqui, aquilo que eu estava comentando com vocês, com relação aos valores. Isso que está 18% já tinha sido realizado, e o físico 54 por cento.

Eu quero destacar então, tivemos reuniões periódicas com representantes da CPM, para tratar alternativas para equilibrar o contrato e assuntos operacionais. Isso aconteceu o tempo todo, mas a gente não conseguiu reverter esse déficit que o contrato trazia, em relação aos (Inaudível.). Reuniões periódicas com representantes da Secretaria da Saúde, Fazenda, Governo, PGE, para tratar assuntos relativos à execução contratual, posicionando todas as vezes junto ao conselho deliberativo. O conselho deliberativo também participou ativamente do andamento desse contrato, e junto à Secretaria da Saúde.

Bom, o que eu queria comentar aqui com os senhores? Eu vejo o deputado sempre perguntando “o que você faria de diferente?”. Aí, eu me adiantei um pouco, deputado. O que eu acho... Quais as lições aprendidas nesse contrato? Primeiro, não utilizar como parâmetro preços controlados pelo governo, porque se você coloca o preço lá em cima, você inflaciona o produto, se coloca o preço lá embaixo, falta o produto. Então, isso é uma lição. O mercado que tem que definir.

Definir travas de proteção para as duas partes. Então, a gente não pode estar sujeito a essa volatilidade. O contrato tem que prever trava de proteção, para que as duas partes fiquem confortáveis com a execução do contrato.

Considerar ganho de escala. Acho que é isso é um problema primário. Acho que o ganho de escala devia ter sido considerado, afinal, o custo fixo é fixo, então você pode (Ininteligível.) possibilitar o parceiro privado que explore instalações, mediante justa remuneração do órgão público. Se o parceiro público-privado pudesse explorar as instalações e remunerar o órgão público, talvez tivéssemos mais sucesso nessa operação.

Permitir que efetue venda direta. Quer dizer, o parceiro, se ele pudesse ser mais atuante e mais dinâmico, ele também poderia colaborar com a boa execução do contrato. Finalmente, maior flexibilidade da lista de medicamentos. Quer dizer, a gente tinha... Tem 10% do valor que a gente poderia mudar. É muito pouco. Porque você

muda. Até preparar a máquina, preparar a linha de produção, tudo. É complexo. A indústria farmacêutica não é um negócio simples.

Definir registros ordinários. Aí pegamos o embalo no seguinte. Já que tem o registro crônico, o eu acho que poderia fazer? Estou falando aqui só para o próximo, se é que vai ter. Fica com o registro crônico, e define aquilo que realmente é interessante nos últimos cinco anos. Aí transforma aquele registro crônico em ordinário, e você fica com portfólio mais atualizado, sem gastar tanto recurso na manutenção dos registros. Porque a hora que passar para registro ordinário, o custo da manutenção do registro também passa a ser da Furp.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O que você chama de registro ordinário?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É o registro que passa a ser ativo do laboratório. É dele, é um patrimônio dele. A Anvisa tem um registro ordinário e um registro crônico. Assim, para efeito de produção e comércio, não muda nada, mas fica sujeito àquilo que pode acontecer no laboratório de origem.

Outra coisa seria definir valores de investimento de acordo com resultados da operação alcançada. Talvez fosse mais saudável. Eu não sei. São essas as lições que eu aprendi aí.

Bom, senhores, era essa a minha exposição. O senhor quer ficar com a apresentação?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Se o senhor pude, a gente agradece. Assim a gente vai fazendo um estudo aqui. MUITÍSSIMO obrigado. Eu vou abrir as palavras então aos senhores deputados, para que façam questionamentos. Está inscrita como primeira na ordem a nobre deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Obrigado, Sr. Presidente. Queria cumprimentá-lo pela exposição, ao Sr. Durval. Dizer que o senhor traz aqui elementos que, de certo modo, contradizem bastante a fala do secretário de Saúde que esteve aqui, falando sobre esse assunto.

Entre elas, a questão do investimento dos registros. Por aquilo que nós pudemos depreender do que o secretário disse, há uma intenção, por parte do governo,

considerando a inviabilidade financeira da Furp e, por consequência, da PPP também, da CPM, em privatizar.

Pelo menos, ele deixou isso nas entrelinhas aqui da sua exposição. Ele, inclusive, coloca que o custo do registro é uma das razões que ele considera, nas palavras dele, que inviabilizaria a possibilidade da continuidade da Furp.

Pelas suas contas, eu, sinceramente, não acho que o registro seja um motivo, até porque 25 mil reais, atualizados hoje, em torno de 36, mais ou menos, que o senhor disse.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Pago por mês, cada registro.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Por mês. Mas, acho que as vendas poderiam cobrir.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Assim, posso interromper?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Pode, claro.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Eu entendi... Eu assisti a apresentação do secretário, e eu entendi o seguinte. Quando ele falou do registro, eu entendi que ele não estava se referindo ao registro da CPM, e sim dos registros da Furp de Guarulhos.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - É?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Para a Furp de Guarulhos obter novos registros, um portfólio mais atual, esse sim seria um custo alto. Ele não está errado. O custo do registro do desenvolvimento não é baixo, não, é significativo, sim.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Agora, o senhor coloca aqui várias propostas de você poder melhorar a produção da Furp, e o senhor teve várias iniciativas nos três anos que ficou à frente da fundação, tomou várias medidas que levaram a uma economia em muitos momentos.

Entendo... Teve inclusive momentos... Eu vou falar tudo, e depois o senhor pode repetir. Ela inclusive... São muito díspares os números, né? Por exemplo, a produção em Guarulhos em 2015 foi de 795 milhões. Em 2018, veio para 332 milhões, segundo a sua explanação. Quer dizer, houve uma queda acentuada. A produção de Américo também tem uma variação bem grande, 2015: 73 milhões; 2016: 531; 2017: 428 e 2018: 197.

Eu lhe pergunto. Todas essas variações são resultado da falta de demanda ou do aumento da demanda? Essa é uma questão que eu gostaria de saber.

Porque a questão dos registros ainda me incomoda. Eu fiz as contas aqui. Se dividir 96 medicamentos por 70 e poucos milhões, daria 729 milhões e acho que um dízima, 166 - não chega a ser uma dízima -, por medicamento. É isso mesmo? É esse valor?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Para esse contrato é. Agora, se a Furp de Guarulhos for desenvolver, aí já muda.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Então por que não divide? O que está embutido nesse valor? Está embutida a produção do medicamento? Mas estão embutidos também os serviços? Quer dizer, aí entra a folha de pagamento dos funcionários, entram as horas extras, entra tudo e soma esse valor? Está junto? Pelo entendimento nosso, me parece que está tudo junto. Quer dizer, se dividisse, não ficaria melhor para poder estabelecer essas vendas, inclusive tentar diminuir os prejuízos, que em alguns anos, são observados pela Furp?

O senhor falou que passou a vender medicamento fora do estado. Não é?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, a Furp sempre vendeu.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Sempre vendeu? Só para o setor público, ou para o público e para o privado também?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, para o privado ela não pode vender.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Só para o público, né?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Só para o público. Ou para instituições filantrópicas.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - E, também, por que a CPM... No contrato também que ela não recolhe? Ela não recolhe ICMS, ou entendi errado?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, não recolhe.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Não?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, porque como é produzido para o estado, acho que é por isso que existe essa...

O SR. - Está vendendo para si mesmo.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Uma das coisas que o senhor colocou também. Essa, para mim, é a chave da nossa questão aqui, que é a seguinte. Vocês tiveram uma reunião para discutir a questão, que foi chamado lá o presidente da CPM, o secretário estadual de Saúde e o senhor, e o presidente da CPM, segundo a sua própria colocação, disse que ele gostaria de tratar isso diretamente com o governo.

Gostaria de entender por que diretamente com o governo. O governo entende mais dessa questão da Saúde e dos medicamentos do que a Secretaria Estadual de Saúde, que é o órgão que, da verdade, deveria e precisaria balizar todo esse contrato? Por que isso tem que ser tratado na Secretaria de Governo, no Palácio dos Bandeirantes, e não na Secretaria Estadual de Saúde?

Essa é uma pergunta, me desculpe, que não vai calar nunca aqui entre nós, nunca, e não é responsabilidade sua, não. É que a gente fica, às vezes, fazendo algumas elucubrações na cabeça da gente, e por isso que tem muitas dúvidas nesse sentido.

Bom, eu queria perguntar também... Eu tenho aqui mais algumas questões. A delação dos executivos do grupo Camargo Corrêa cita o repasse de propina a dois funcionários da Furp, um deles, que esteve aqui, o ex-superintendente Flávio Vormittag, e o engenheiro, que nós vamos ouvir depois, Ricardo Luiz Mafuz.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, o Ricardo.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Não, o Ricardo não.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - O outro Ricardo.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - É outro Ricardo. Coitadinho, esse aí não tem culpa. Me desculpe, viu? Aqui é o Ricardo Lima, que foi gerente da obra, para que o órgão desistisse de uma disputa judicial em 2013 e pagasse uma indenização ao consórcio que construiu a fábrica de Américo Brasiliense.

O senhor abriu alguma sindicância interna para apurar, especificamente, esses possíveis desvios, no período que o senhor esteve à frente da fundação? O senhor permaneceu, como o senhor disse, de 2015 a 2018. Na sua opinião, a Furp cumpre um papel importante para a sociedade paulista? Como podemos aumentar sua relevância para os municípios e para a população paulista? Embora o senhor já tenha deixado aí algumas dicas nesse sentido.

Na oitiva realizada na semana passada, desta CPI, o secretário de Saúde, como eu já disse, afirmou que o governo estuda fechar a fábrica da Furp em Guarulhos. O maior fabricante público de medicamentos. Isso dói o coração da gente. Não é do Brasil, é da América Latina, se não me engano.

O senhor, que passou por lá durante um tempo, acredita que essa medida seria a solução? Ou nós poderíamos encontrar, convencer, o governo de que isso que o senhor apresenta aqui, que, no meu entendimento são alternativas importantes, que poderiam ser adotadas?

O senhor acha que com essa... Se o governo pudesse adotar essas medidas que o senhor propõe, a gente teria condições de ter uma fundação que, de fato, pudesse operar pelo menos reduzindo esse prejuízo que as planilhas financeiras têm apresentado para gente, para poder continuar fornecendo esses medicamentos? Principalmente porque eles chegam para as prefeituras, para a rede pública de Saúde, para hospitais etc. do estado, para uma população que precisa disso, e que, a gente sabe, se isso sair do público e passar integralmente para o privado, nós sabemos que esses custos dessa medicação podem aumentar. A despeito de que o secretário...

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Mais, não, Beth.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O secretário disse aqui - só para concluir, por favor, depois a gente pode abrir para o debate - que ele consegue comprar medicamentos do setor privado mais barato do que com o público, mas é que, às vezes - sabe o que é? - eu sinto que tem pouco esforço no sentido de poder preservar uma empresa da importância como a Furp. Não tem um esforço grande de “olha, vamos melhorar aqui, vamos melhorar lá”. Não, não tem isso, por conta desse governo que aí está e do anterior também.

É o seguinte: “não funciona? Então privatiza”. “Não funciona? Abre concessão”. Não é? Não é assim. A gente precisa parar com essa mania de achar que “não funcionou a coisa na mão do Estado, então joga para o setor privado”. Tem tanta coisa que foi transferida para o setor privado, que continua não funcionando, que, aliás piorou, e quem paga o preço disso é a população Paulista.

Não vou citar aqui porque não é o nosso objeto, mas eu acho que a Furp sempre foi uma empresa importante, e, mais do que isso, ela produz ali medicamentos que, segundo próprias pessoas... O próprio Sr. Afonso, passou por aqui, por essa mesma cadeira que o senhor está sentado agora, dizendo que têm medicamentos que nenhum outro laboratório quer produzir, e que são utilizados pelas pessoas.

Então, que responsabilidade é essa da gente... Da gente não, da gente é muita gente, do governo, de deixar de fazer, inclusive, medicamentos que são utilizados ainda nas prescrições médicas e importantes para poderem ser utilizados no tratamento das pessoas. Então, por enquanto é isso que eu queria lhe perguntar. Talvez tenha mais coisas que eu tenha deixado para trás, mas acho que a essência, por enquanto, é isso.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Eu vou tentar responder. Se ficar faltando alguma coisa, depois a senhora me alerta. Bom, com relação ao custo do registro de medicamento, o cálculo que a senhora fez, dividindo 70 milhões por... Está correto, mas se a Furp de Guarulhos, se ela quiser desenvolver, ela vai gastar muito mais do que isso.

Talvez no depoimento do Ricardo, que tem mais experiência nesse assunto, ele possa até dar alguma informação, mas é algo que é muito caro mesmo, e você construir um portfólio... E assim, não é só você ter o registro, você tem a manutenção do registro,

porque a Anvisa, cada ano que passa, exige mais e mais dos laboratórios, e o laboratório público acaba tendo muita dificuldade em fazer essa manutenção.

Por isso que eu disse, se a Furp não tomar cuidado com os registros que ela tem atualmente, e ela perder, aí não precisa nem mais fechar, ela fecha sozinha.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Ela fecha sozinha.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Ela fecha sozinha. Tá? Então, tem que... Se o estado deseja manter a Furp, tem que, pelo menos, manter os registros existentes hoje.

Aí a senhora falou da produção, né? A produção da Furp de Guarulhos, ela teve uma queda mesmo. Tinha as dificuldades de produção, tinha dificuldade de fornecimento de matéria prima, entre outras coisas, mas também não tinha demanda. A demanda estava fraca. Eu acho que, em decorrência da crise que nós passamos, de 2015 até hoje, com a queda de arrecadação, a troca de secretários, de prefeito, que teve. Tudo isso foi muito perturbador para nós. Não bastava nossa crise, ainda veio a crise política, e a crise econômica.

Com relação à reunião com o secretário. Nessa reunião, eu acho que é um assunto que tem que ser tratado mesmo com o governo. Acho que está no âmbito do governo, e é lá que tem que ser tratado, porque não é algo exclusivo da Secretaria da Saúde, foi construído com várias mãos, várias secretarias. É um assunto que tem uma certa complexidade. No meu entendimento, tem que ser tratado no âmbito do governo mesmo.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Então o senhor acha que o assunto é mais político do que técnico.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, eu não acho não. Eu acho que existe a política da PPP. Tem algumas considerações que precisam ser levadas em conta para se decidir o que vai fazer.

Com relação à delação. Teve a delação que saiu no estado de São Paulo, não sei se em foi em abril ou maio do ano passado. Eu me reuni com o jurídico. Olhamos o processo. Até discutimos se valia a pena não abrir alguma sindicância, e concluímos que

seria inconclusiva, porque o processo, para quem analisa, ele não te esclarece se teve algum desvio ou não.

Então, naquele momento, decidimos não abrir a sindicância, porque o Ministério Público já estava investigando. Achávamos que não seria produtivo. Hoje eu me arrependo, porque talvez pudesse estar respondendo que sim. Abrir uma sindicância, e que foi esclarecido. Eu acho que, talvez, até para minha proteção, devia ter aberto sindicância. No momento, eu julguei que não era necessário, já que o processo já estava correndo no Ministério Público. Tá?

Agora, com relação ao papel da Furp. A Furp já produziu alguns medicamentos, se eu não me engano, são (Ininteligível.) medicamentos que são negligenciados, hanseníase, tuberculose, e nenhum outro laboratório... Se faz, é outro laboratório público que faz.

Se privatizasse, daria para resolver? Pagando o preço para o laboratório privado fazer. Com certeza ele toparia fazer.

Agora, a Furp, essa é uma pergunta que foi feita. Para se tornar viável, ela precisa receber investimentos. Há muitos anos ela não recebe investimentos que proporcionem a sua recuperação. Se ela receber os investimentos, se ela conseguir novos produtos, ela pode ser viável? Pode. Mas tem a outra questão: para o Estado é interessante - interessante, digo, até no aspecto produtivo e de distribuição - ter um laboratório público?

Acho que são coisas que precisam ser analisadas. Ela pode se tornar viável. Mas, para o Estado, continua interessante ter uma empresa que pode passar por maus gestores e voltarmos a vivermos isso que estamos vivendo? Acho que são questões que têm que ser melhor analisadas. Faltou alguma coisa?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Não. Só uma que quero lhe perguntar, que notei aqui. Por que não foi cobrado da CPM os registros de medicamentos, como rezava no contrato original?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Nós cobramos.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Cobraram? Do contrato original?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Acho que tem até, nesse grupo de documentos, tem. Inclusive, até notificamos que não iríamos pagar a parcela em decorrência disso. Mais alguma coisa, deputada?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem. Inscrito, agora, o nobre deputado Thiago Auricchio.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Bom dia a todos. Quero agradecer o senhor Durval por estar aqui hoje também. Só tenho uma simples pergunta que acho que todo mundo quer entender e fica inconclusivo, toda vez, por todos que passam aqui.

É essa questão dos registros. Por que nunca ninguém cobrou esses registros? Eles nunca eram feitos, não pagava? Ficava sempre nessa de nunca ter o registro clone. Isso já não era um motivo para a quebra de contrato?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Nós cobramos, sim. Acabei de comentar com a deputada. Notificamos que não efetuaríamos o pagamento da contraprestação referente ao registro. O registro clone é um registro que permite produzir e comercializar. Efetivamente, ele não causou prejuízo nesse aspecto. A única questão é que ele não é um ativo da Furp. E, não sendo um ativo da Furp, ele fica sujeito a qualquer oscilação que pode ter no laboratório de origem.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Quando você cobravam, o que eles respondiam nessa questão do fornecimento dos registros?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Essa questão ficou entre os jurídicos. Se não me engano, essa discussão, quando saí, estava entre os jurídicos essa discussão.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - De nada, nobre deputado. Inscrito agora o nobre deputado Cezar.

O SR. CEZAR - PSDB - Olá, senhor Durval, bom dia. Bom dia a todos que estão aqui presentes. Durval de Moraes Júnior. Senhor Durval, o senhor, quando foi para a Furp, o senhor foi substituir o Flávio?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Foi.

O SR. CEZAR - PSDB - Acontecia, nesse momento, a delação?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não. Não.

O SR. CEZAR - PSDB - E por que a substituição?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Porque a Furp vinha passando por uma crise muito forte. E, em junho de 2018, foi o seu auge. Se não me engano, o secretário... Secretário não. O Sindicato dos Químicos até mandou uma carta para o governador para tratar aquilo que estava acontecendo.

Ou seja, o colaborador ia para o hospital e não podia ser atendido porque o convênio não era pago. O transporte estava paralisando. Então a crise chegou num ponto que exigiu uma ação do secretário. Foi quando ele resolveu me encaminhar para a Fundação.

O SR. CEZAR - PSDB - Senhor Durval, eu vou falando e o senhor vai respondendo, para não perdermos o teor aqui. O senhor Durval, o Mahfuz e o Flávio...

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Ricardo Mahfuz.

O SR. CEZAR - PSDB - Ricardo Mahfuz e o Vormittag vieram do Butantã. É casualidade? Coincidência?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - O Flávio, acho que ele foi da Furp para o Butantã. E o Mahfuz, escutei que ele prestou serviço para o Butantã.

O SR. CEZAR - PSDB - Vieram todo mundo de lá?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Hoje também estou no Butantã.

O SR. CEZAR - PSDB - Senhor Durval, o senhor se sentiu constrangido por sua esposa te indicar?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Minha esposa não me indicou.

O SR. CEZAR - PSDB - Não, consta aqui no relatório que a sua esposa, infectologista, que era o braço direito do nosso secretário geral, está aqui. Está escrito aqui. A revista “Época” está falando.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Eu sei disso. Eu sei disso. Ela não me indicou. Eu já estava na Secretaria. Já estava na Secretaria.

O SR. CEZAR - PSDB - Então o senhor trabalhava na Secretaria, não na Furp? Estava na Saúde?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Eu estava na Saúde. Estava na Secretaria, concursado da Secretaria, inclusive. Estava na Secretaria. Trabalhei lá um ano e meio, mais ou menos. E o fato da minha esposa ter trabalhado com o secretário, não foi isso que definiu pela indicação. O tempo que fiquei lá na Secretaria, e, acredito, ter feito bons trabalhos, que colaborou para que isso acontecesse.

O SR. CEZAR - PSDB - Mas o senhor sabia que, sendo indicado, haveria essa ligação? Que a esposa já trabalhava, era o braço direito do secretário de Saúde, e o senhor sendo indicado...

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não. Assim, acho que o braço direito é um exagero.

O SR. CEZAR - PSDB - Na revista “Época”. Estou falando o que a revista “Época” escreveu.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Então, estou falando que o que está escrito aí não é verdade. Ela era uma assistente do secretário. Uma médica assistente.

O SR. CEZAR - PSDB - Antes do senhor assumir, não existia a produção do sulfato ferroso?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - A linha estava pronta. Até esqueci de comentar isso. A linha estava pronta, mas a gente começou a produzir, não sei se foi em 2017 ou 2018.

O SR. CEZAR - PSDB - E tinha o registro, tudo?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Tinha, tinha.

O SR. CEZAR - PSDB - E não se produzia?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não estava produzindo. A gente começou a produção em minha gestão.

O SR. CEZAR - PSDB - E o início da PDP? O senhor colocou no Alzheimer.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - O início da PDP foi assinada, talvez, em 2013, 2014, não sei. Foi antes da minha gestão. Quando cheguei lá, ela já estava em andamento.

O SR. CEZAR - PSDB - Senhor Durval, essa CPI foi montada, não é para saber do remédio da Furp, quem produziu, quem não produziu. Não é para isso. A CPI é para saber do desvio de dinheiro público. E o senhor acabou de fazer uma denúncia: que pagavam hora extra para ociosos. E hora extra para ocioso é dinheiro público.

É mais uma que temos que apurar. Quem é o RH? Quem assina? Quem manda pagar festa com o dinheiro público? Ele está indicando aí. O senhor sabe que foi pago 23, 24 milhões, o senhor Flávio Vormittag falou aqui, para o Consórcio? O senhor estava sabendo disso?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Isso é o que estavam nos autos, nos documentos.

O SR. CEZAR - PSDB - O senhor estava sabendo quando assumiu?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Quando entrei na Furp, esse acordo já havia sido realizado. As parcelas já haviam sido pagas. Eu até acho...

O SR. CEZAR - PSDB - Então o senhor mentiu. O senhor vai me desculpar, mas o senhor mentiu aí.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Por que eu menti?

O SR. CEZAR - PSDB - Porque o senhor mentiu. Falei do senhor Flávio Vormittag. Ele foi indicado. Ele foi na delação. Ele foi indicado. E o senhor falou que não, que ele tinha saído, não tinha indicação. O senhor mentiu. Começou mentindo aí.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Acho que não entendi.

O SR. CEZAR - PSDB - Não, o senhor entendeu bem, sim. Estamos numa CPI, apurando gastos públicos com dinheiro público. Falei para o senhor claramente e o senhor falou: "O Flávio, não o substituí, porque ele estava na delação." O senhor falou assim para mim. O senhor ia bem até agora. Agora o senhor está se omitindo.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Deputado, posso?

O SR. CEZAR - PSDB - Pode, sim. Mas fale a verdade aqui. Fale a verdade porque estamos apurando desvio de dinheiro público e o senhor estava lá junto com essa turma.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - A Delação aconteceu no ano passado.

O SR. CEZAR - PSDB - O senhor falou agora, da sua boca.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Deputado, posso falar? A delação aconteceu em abril de 2018. Entrei em junho de 2015.

O SR. CEZAR - PSDB - O senhor falou agora que ele já tinha sido delatado. Já estava na... Quando o senhor assumiu, já tinha o fogo lá.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não falei isso. O que falei é o seguinte...

O SR. CEZAR - PSDB - O senhor está se omitindo. Uma hora o senhor fala que está ocioso, outra hora o senhor quer falar que não. Uma hora o Flávio é afastado...

Porque esse homem ficou tantos anos lá, é afastado e o senhor assume? Por que o senhor é santinho? Porque o cara que estava lá não ia, pô. Tinha feito besteira. É isso que eu quero que o senhor fale para nós. Porque todo mundo que vem aqui posa de bonzinho. A CPI vai indo, vai indo. O dinheiro sumiu. Ninguém assume esse dinheiro. Esse dinheiro vai ficar como? CPI é para isso, senhor Durval. Ou montou para nós ouvirmos que faz o remédio barato, que tem 300 cestas, que havia um contrato?

Não é isso que quero ouvir. Quero ouvir onde foram parar os 24 milhões. Houve uma omissão. Vocês não foram lá na Justiça. Por que não foram na Justiça? Porque preferiram pagar, se o senhor é que controlava?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Posso falar, deputado?

O SR. CEZAR - PSDB - Pode.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Quando assumi a Furp, esse acordo já tinha sido realizado. Era simplesmente mais uma despesa que a Furp tinha. Estava lá no contrato, nas despesas mensais. Pagamos porque não tinha nenhuma delação nesse momento, não tinha nada. Pagamos até o final, acho que foi até fevereiro de 2018. A delação foi em maio.

O SR. CEZAR - PSDB - Mas vocês não defenderam o governo. Vocês assumiram a dívida sem fazer nenhuma defesa. Agora veio a público e não fez a defesa

porque deu o dinheiro, deu a propina, para não fazer a defesa. O senhor está ciente disso. O senhor está ciente que houve a propina. Não é como mentir. Os diretores foram lá e: “Olha, dei o dinheiro para esse, para esse, para esse.” E vocês não fizeram a defesa.

Por que não fizeram a defesa? Acham mais fácil jogar 24 milhões fora ou produzir o remédio?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Nessa ocasião eu não estava na Furp. Não posso responder por isso.

O SR. CEZAR - PSDB - Não, o senhor assumiu a Furp. Por isso que eu falo: o senhor tem que vir aqui e falar as coisas, porque eu anoto. Não estamos de brincadeira.

Se montou essa CPI aqui para nós jogarmos rosa em quem vem aqui, estou me retirando dela. Quero aqui averiguar quem desviou dinheiro, para onde foi o dinheiro. O senhor já deu uma carta para o nosso presidente. O senhor alertou ele. Então o senhor sabia. O senhor alertou. O senhor fez uma carta para eles.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, mas a carta era da PPP. Não tem nada a ver com a delação.

O SR. CEZAR - PSDB - A PPP é pior ainda.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, a PPP...

O SR. CEZAR - PSDB - Quero que o senhor me explique a PPP de 200 milhões que acabou em 90. Como é que foi isso? Como é que essa PPP... Como é que o remédio da PPP custa mais caro que o da farmácia? Me explica isso, que o senhor esteve lá? Como? O senhor acabou de falar que o remédio é 34 milhões, gastava 90 e o senhor achou bom. O senhor queria descer para 60.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Deputado, deputado. Não achei bom, nada.

O SR. CEZAR - PSDB - O senhor falou agora. Está registrado. Não está em ata? Falou: “Olha, eu estava lidando para ficar em 60 milhões.” Olha, se 90 está roubando, 60 está roubando. O senhor falou aí.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, mas aí não tem nada a ver, deputado.

O SR. CEZAR - PSDB - Não, o senhor falou. Como não tem nada a ver? É dinheiro público. Quero que o senhor entenda o seguinte: é dinheiro público que está indo pra o ralo, para o esgoto, pô. E o senhor fala que não tem nada a ver? É doente que precisa desse remédio. E o senhor vem aqui e: “Furp, Furp, Furp, faz remédio, faz contrato.”

Não é nada disso. O dinheiro sumiu. É isso que queremos do senhor. Que o senhor fale aqui a verdade: “O dinheiro sumiu, nós nos omitimos, levaram 24 milhões, tinha um contrato de 90 que era ilícito”.

Porque é ilícito esse contrato de 90. Tem 56 milhões aí, voando. Para onde foi esse dinheiro? E o senhor sabe disso, porque o senhor alertou ele. O senhor fez reunião no Palácio, pô. O senhor estava ciente.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Deputado, acho que são duas situações. Tem a delação que corresponde à construção da unidade de Américo Brasiliense, que não tem nada a ver com a PPP. Esse que foi acordo feito lá em 2013 com o meu antecessor, que fez esse acordo com o Consórcio, esse sim, deu origem a uma delação. E quando cheguei na Furp, isso já estava resolvido. A Furp já tinha tratado isso com o Consórcio, com o Judiciário, com o Ministério Público. Já tinha... Algo que já estava encerrado. O Tribunal de Contas do Estado... Já tinha vencido.

O que restava, para quem chegasse, era continuar o trabalho que foi feito. São tantas parcelas, de tantos mil reais. Continuamos pagando porque ali era uma obrigação que a Furp tinha com o Consórcio, de acordo com a decisão judicial. Então essa é uma situação. A outra é a PPP. A PPP que tinha um valor de medicamento que era superior à ata. E, para esses valores não crescerem demasiadamente, limitamos a 90 milhões de reais para poder...

O SR. CEZAR - PSDB - Era um absurdo. O senhor queria baixar para 60, que era outro absurdo. O senhor afirmou que 35 milhões...

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Deputado, deputado. Não tem nenhuma ilicitude nisso, porque isso é o contrato. A CPM poderia estar processando a gente porque não estamos honrando aquilo que foi proclamado no contrato. Poderia.

O SR. CEZAR - PSDB - Não tem problema. É dinheiro público que está indo para o ralo. É uma coisa astronômica, senhor Durval. O senhor falou em alto e bom som. Olha bem, aqui é uma CPI, a gente não pode falar e brincar com as coisas. O senhor falou que se arrependeu de não montar uma CPI. O senhor falou com as suas palavras. Não foi com a minha.

Se o senhor tivesse montado uma CPI interna, o senhor teria pego. Hoje estaria a sua defesa aqui. O senhor falou que se arrependeu. Falou para a minha colega Beth.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Então deixa eu voltar...

O SR. CEZAR - PSDB - Falou ou não falou, deputada?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - É uma sindicância.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É uma sindicância.

O SR. CEZAR - PSDB - O importante é uma sindicância, uma CPI interna. O senhor ia descobrir...

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Isso já tinha acontecido. Já tinha acontecido. A sindicância, na nossa avaliação, seria inconclusiva. Se eu fizesse a sindicância, eu acreditava que seria um desperdício de energia, já que o Ministério Público já estava fazendo isso. Agora, o fato de eu não fazer a sindicância, me arrependi. Porque, se eu fizesse... Acho que todo o setor público tem que começar a atirar para tudo quanto é lado. Vamos fazer sindicância de tudo, vamos apurar tudo.

Acho que não era razoável fazer a sindicância naquele momento. Porque não ia trazer nada relevante para nós. Não ia colaborar.

O SR. CEZAR - PSDB - Ou o senhor tentou e alguém acima falou “não mexe, quanto mais mexe no marimbondo, mais abelha tem”?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, não.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente. Quero aproveitar uma questão agora, nobre deputado Cezar. O senhor chegou a ser ouvido pelo Ministério Público?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Em nenhum momento?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não.

O SR. CEZAR - PSDB - O senhor não foi citado por isso, né? Estamos aqui, senhor Durval. O senhor deu uma explanação boa, mas fui convidado para essa CPI para averiguar o desvio de dinheiro público. E é isso que queremos saber: como que se omitiu num processo de 24 milhões?

Não se fez a defesa do Estado. Ninguém foi lá. Todo mundo ficou quietinho. Ninguém falou: “Olha, está errado isso aí. Essa dívida não existe.” Mas se omitiram. O Estado paga até hoje em parcelas de um dinheiro que não era para pagar.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Mas eu não estava lá quando isso aconteceu. Não estava lá. Isso foi o meu antecessor. Não estava lá. Quando cheguei, isso já estava concluído, já estava resolvido.

O SR. CEZAR - PSDB - O senhor falou que ia abrir uma, repita de novo, interna.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Oi?

O SR. CEZAR - PSDB - O senhor disse de novo que o senhor não estava lá, mas queria abrir uma sindicância interna.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Então, foi uma deliberação pessoal, conversando com o Jurídico, que não ia ser conclusivo. O Afonso abriu a sindicância agora. Deve estar para terminar. Quem sabe ele traz alguma novidade aí?

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Nessa sindicância o senhor também não foi ouvido, nessa sindicância que o doutor Afonso...

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, porque não tenho em que colaborar com essa sindicância.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Nem como ex-superintendente, o senhor acha?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não tem, não tem. Porque é algo que pertence a um período anterior à minha gestão.

O SR. CEZAR - PSDB - Mas, senhor Durval, o senhor viu que tinha coisa errada. Porque o senhor foi lá no Palácio e tentou. Com todos os meios que vi aí, o senhor tentou. O senhor avisou todo mundo.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - A minha preocupação era com relação aos valores que seriam desembolsados a favor da CPM, comparando com os valores da ata. Porque essa distorção me incomodava.

O SR. CEZAR - PSDB - Incomodava tudo mundo.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Então, por isso que a gente limitou a 90 milhões. Porque, se não limitasse a 90 milhões, esse ano, por exemplo, seria 180 milhões.

O SR. CEZAR - PSDB - E antes dos 90 milhões, era quanto?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Antes dos 90, era de acordo com a demanda da Secretaria. Mas nunca superou isso não. Porque era uma rampa. A cada ano que passava, a CPM podia aumentar... Tinha uma previsão de aumento de produção que seria faturada. E iria chegar até, sei lá, 200 milhões por ano.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - 222.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - 222? Então, o seguinte: se você não colocasse um freio, hoje estaríamos pagando, sei lá, 170 ou 180. Eu não sei. Teria que ver o convênio, que não estou lembrando agora.

O SR. CEZAR - PSDB - Senhor Durval, se fosse para o senhor opinar. O senhor fecharia as duas fabricas?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Na condição que está hoje a CPM, quem vai avaliar, foi contratada uma consultoria para avaliar essa operação. Acho que é conveniente esperar uma avaliação técnica para ver o que eles vão dizer.

O SR. CEZAR - PSDB - Mas o senhor viveu, conviveu e viu de perto esse problema. E a sua opinião?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - A minha opinião pessoal é que a PPP, ou ela rescindiria, faria um distrato amigável. Ou uma adequação para que ficasse bom para os dois lados. Era essa a minha briga com eles.

O SR. CEZAR - PSDB - Senhor Durval, o senhor não acha que colocar uma PPP com grandes laboratórios seria colocar a raposa no galinheiro? Como que vou gerir contra a minha empresa?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não sei se... É assim. É só grandes laboratórios que vão produzir o que se produz aí, não é? Agora, tem que levar em consideração o seguinte, não é? É uma PPP inédita, não é? Então, existe uma curva de aprendizagem...

O SR. CEZAR - PSDB - Essa é inédita. Essa daí o lucro é absurdo. Essa PPP até eu queria estar nela. Vou montar um laboratório para ver se... É inédita essa aí.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Então, mas assim. Tem uma curva de aprendizado aí que precisa ser retirada, não é?

Eu acho que caso ocorra outras oportunidades como uma situação como essa já tem um arcabouço aí de lições aprendidas que pode se utilizar, não é?

O SR. CEZAR - PSDB - Senhor Durval, muito obrigado, viu.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Por nada.

O SR. CEZAR - PSDB - Já esclareceu a nós aí. E muito obrigado por o senhor estar presente aqui. Cabe ao nosso presidente agora caminhar. Bom, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, deputado Cezar, deputada Beth Sahnão, pelo questionamento. Eu vou fazer rapidamente as questões. Eu passo a Presidência ao vice-presidente Danilo Balas. Eu vou usar o meu tempo regimental.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Agente Federal Danilo Balas.

* * *

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Vossa Excelência tem o tempo regimental para os questionamentos para o Sr. Durval.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado. Fazer um bate bola aqui para ser rápido, Durval. Agradecer sua presença, cumprimentar aí a explanação que o senhor fez, a demonstração que o senhor tentou e pagou as dívidas. Mas elas foram pagas com fornecedores. Mas a dívida cresceu com a PPP.

Qual que é a experiência do senhor anterior à sua ida lá na Furp? O senhor é formado em? Dá um breve currículo do seu histórico, rapidamente, para a gente entender até hoje.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Está bom. Eu sou formado em administração, direito, fiz curso de especialização, *latus sensus*, tenho MBA de Gestão de tecnologia para novos negócios e atualmente iniciei agora um curso de Gestão de Inovação, o MBA de Gestão de Inovação de Saúde.

Minha experiência, eu tenho, comecei a trabalhar com 16 anos. Trabalhei num banco como contínuo, depois passei para outro banco informante cadastral, fui fazer estágio numa indústria automobilística, fiquei nessa indústria durante 12 anos, depois atuei como consultor durante alguns anos, antes de ir para a Secretaria trabalhei num outro banco, quando saí do banco fiz alguns trabalhos como consultor, aí fui para a Secretaria da Saúde, fiquei lá um ano e meio mais ou menos e depois fui para a Furp.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - A ida do senhor para a Secretaria se deu de que forma?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - A convite do Secretário, mas eu fiz o concurso também.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - David Uip.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor é concursado da Secretaria.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Sou concursado.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E hoje está afastado.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, não. Hoje eu estou no Butantã.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Desde quando o senhor está lá?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Desde janeiro, no Butantã.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Janeiro deste ano.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Desse ano.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Desse governo.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E qual a sua função lá hoje?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Assistente técnico.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E qual é...?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Assistente técnico, eu estou numa área de que chama Núcleo de Informação de Inovação Tecnológica, que dá apoio aos pesquisadores, como elas são, a patentes, ajuda também quanto à transferência de tecnologia.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Já que o senhor está lá e o senhor tem acompanhado aqui as sessões, o senhor tem sido assíduo, sei lá de que forma, mas o senhor está acompanhando tudo aí. O secretário Germann veio aqui, nós falamos a ele: “olha, nós temos uma preocupação se a fábrica não for viável, se achar uma solução para remédios que não são produzidos, tudo isso foi colocado pelos senhores deputados. E tem também a questão dos funcionários. O senhor que está lá no Butantã, acha que o Butantã, acha que o Butantã poderia levar todos esses funcionários para lá, fazer um trabalho com eles para que eles não percam emprego? Tem o problema também da dificuldade em exonerá-los. Eles podem ser reaproveitados lá?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Olha, eu não tenho um conhecimento amplo assim do Butantã para responder, mas eu tenho certeza que alguns

ou muitos poderiam ser aproveitados. Mas não sei dizer, nem proporcionar quanto que isso representaria.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor foi dono de uma empresa Durval de Moraes Júnior companhia limitada. Ela foi dissolvida em abril desse ano. Que serviço que essa empresa prestava?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Então, quando eu abri essa empresa foi quando eu saí da empresa que eu trabalhava no automobilismo e fui trabalhar como PJ; ah, não. Antes da... quando eu saí da automobilística eu já fui trabalhar numa empresa de aviação, aviação comercial. Trabalhei lá uns três anos, depois que eu fui seu consultor. E para ser consultor, trabalhei em consultorias, era como PJ. Foi aí que eu abri a empresa.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Essa empresa contratou com algum órgão público?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não; nunca.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não. Nem fornecedores da...

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não. A única coisa que eu fiz próximo, uma consultoria que eu fiz em parceria com uma outra empresa, que a prefeitura de São Paulo na época queria, queria não, ela fez, implantar a Zona Azul Eletrônica. Nós fizemos um projeto, mas o nosso projeto também não...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não foi...

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não foi eleito.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não foi pra frente. Quanto ao Tribunal de Contas, o senhor apresentou aqui as contas aprovadas e as providências que o senhor tomou. O senhor atendeu tudo que o Tribunal de Contas pediu daquela conta rejeitada de 2012?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Olha, no próprio relatório do Tribunal ele reconhece o esforço que foi feito, porque o volume de problemas que vivíamos era muito grande.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - É; o principal era a quebra de ordem cronológica. Já que o senhor foi pagando a conta...

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Então, mas assim, é complicadíssimo. Numa indústria, se você abrir efetivamente a ordem cronológica, você pode parar uma produção. E eu acho que o Tribunal reconheceu o esforço e acabou se manifestando pela regularidade da conta de 2015.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Voltar um pouquinho, até porque a gente tem outro depoente para ouvir aqui ainda hoje, pelo que eu vi o senhor tomou as providências, procurou se precaver, mandou ofícios, requerimentos, e-mails, comunicou o governo sua preocupação da Furp quanto ao contrato da PPP, com a CPM, não é isso?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Isso.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Tá. Aí houve lá uma reunião no conselho “olha, precisa tomar uma providência, o governo vai suspender recursos sem suspender remédios, há um contrato, o contrato no momento deve ser cumprido, houve toda essa preocupação que o senhor fez questão de colocar aqui e comprovar através dos documentos que a CPI vai verificar. Houve essa reunião com o Carlos Sanchez. Carlos Sanchez é o proprietário da EMS, é isso?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Isso.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Isso. Que é também proprietário da CPM. O senhor participou dessa reunião?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Participei.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Com o Carlos Sanchez?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Com o secretário?

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - É.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Participei.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E como foi essa reunião? Explica um pouquinho melhor pra gente.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não. Foi uma reunião objetiva, não é? O secretário colocou claramente o que estava acontecendo e o... foi uma reunião rápida até.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E como é que foi essa reunião que foi o secretário que lá mandou a assessoria dele “oh, convoca o Carlos Sanchez aí. Quero fazer uma reunião com ele sobre isso...”

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É. Provavelmente a secretária dele fez o convite, ele foi, me chamou para participar da reunião.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Foi uma reunião amena, dura, tranquila?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não. Foi uma reunião profissional. O secretário colocou claramente as dificuldades que existia. O Carlos Sanchez escutou e ponderou também, não é? E o assunto foi levado para o governo.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O que o Carlos Sanchez ponderou ali?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Ah, dos valores que ele teria que tinha investido, não é?

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Que ele investiu?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Olha, ele investiu esses valores que nós vemos aqui, não é? Dezoito milhões, se não me engano.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Que ele cobra hoje 100 milhões, não é?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - De investimento?

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Cobra 100 milhões no total do Governo do Estado.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Ah, não. É assim: o que ele está cobrando dos 90 milhões foi daquilo que ele entregou, daqueles medicamentos que foram entregues, e ele não recebeu.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Ele recebeu pelo valor de mercado, não pelo valor do contrato.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Tem uma parte que é o valor Ata e tem uma parte que realmente não foi paga, não é? Provavelmente nós estamos pagando uma fatura aí de, nós estamos em agosto, então de repente, então o Ricardo deve saber dizer, estamos pagando fatura dele de março, por exemplo.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Tem um atraso do Governo do Estado quanto ao pagamento.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - E tem os juros, também que entrou nesse valor.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E essa reunião foi rápida e ele, foi proposto a ele 60 milhões, é isso?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não. Não teve proposta nenhuma. Foi só...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não, de valor. Como é que se chegou? Teve essa reunião e como é que se deu depois essa negociação para reduzir esse valor?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não. Mas não teve negociação nessa reunião. Foi só uma reunião onde o secretário colocou a situação da PPP.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O secretário chegou e falou “não vamos cumprir aquilo que está aí”. É isso?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, não. Assim, do jeito que não, que a operação, que... que não... não estava sendo razoável para o Estado e que teria que ser tratado e ver como fariam um destrato amigável e tal.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E ele não quis fazer o destrato? Ou ele colocou...

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, não, aí o presidente da CPM, o Carlos Sanchez, quando ele apresentou, vamos, quero discutir também com o governo e tal. E foi isso que aconteceu.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E com quem foi essa discussão?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não sei.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor não participou.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não. Daí para a frente eu não sei mais nada. Quer dizer, Não sei, não sei que, não sei o... eu só sei que ficou no âmbito do governo para resolver. Aí teve a consultoria que ficou tratada para variar a operação. Talvez, o que esteja pendendo seja isso. Ou seja, dependendo do que essa consultoria emitir como relatório é que vai se decidir o que vai fazer.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Então o senhor não sabe nem que retorno o governo deu até agora para o Carlos Sanchez, lá.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, não sei.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Achei que estava aguardando.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, assim: eu acho que eles estão aguardando o resultado dessa análise aí.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Agora, o pagamento dos sete milhões e meio, como é que foi? “Olha, vou passar a pagar 7,5 agora e não houve nada por escrito com a CPM?”

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Teve alguns e-mails trocados e tal, mas eu não os tenho aqui comigo não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Mas houve a concordância deles, ou...?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Teve, teve.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Ah, existe, então, a concordância deles.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Teve, teve, teve.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor tem esses documentos?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não sei se eu consigo, porque isso foi...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor faz, então, a gentileza de tentar, então, buscar e nos encaminhar para que a gente tenha informado?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É assim: não é uma promessa, tá deputado, porque eu saí da Furp em a...tenho até um... até andei procurando uns e-mails mas não...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor dá uma verificada no que o senhor e encaminha para a gente para ajudar a elucidar esse processo, caso o senhor tenha.

E o senhor não lembra quem tratou com ele do governo? Não tem conhecimento?

Ah, continua sendo o secretário de Estado David Uip, Foi o secretário que cuidava de concessão?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É. O assunto, acho que foi escalado para a secretaria do governo, não é?

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Secretaria de governo.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Que era quem na época?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - O Saulo.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O Saulo. Dr. Saulo de Castro. Ele que cuidava das concessões na época, não é?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Agora, o Dr. David Uip acha tudo errado isso, pelo que eu estou entendendo, não é? A PPP. A construção de uma fábrica PPP, porque se ele queria fazer os estratos ele falou “ah, isso aqui não vai funcionar em função do mercado”.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - E ele até se sentia incomodado com a situação; sem dúvida.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Isso ele até relatou ao senhor?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Vou voltar um pouquinho. O deputado Cezar já falou para o senhor. Foi noticiado pela imprensa na época que a sua esposa que é infectologista trabalhava como médica na clínica lá do secretário. Após a saída do David Uip do Governo do Estado o senhor ainda permaneceu à frente da Furp por oito meses. Não é isso?

O ex-secretário continua exercendo qualquer tipo de influência sobre a sua função lá na Furp?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - (Inaudível)

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor pode falar no microfone, por favor?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Nenhuma.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Nenhuma?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Nenhuma.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Mas manteve contato regular com ele e tal ou não?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, não. Assim: eu...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor é amigo dele.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Olha, eu encontrei com ele depois que ele saiu acho que uma ou duas vezes; duas vezes. Foi um evento na Fiesp e um evento que teve de um doutorado de uma médica que é minha conhecida também.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor mencionou o nome de Gustavo Gaspar.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Como sendo a pessoa que estava à frente da elaboração da PPP. Foi isso que eu entendi?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É, o Gustavo Gaspar ele participou da equipe lá que representando a Furp junto com as outras secretarias para a elaboração da PPP.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Lá atrás.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Lá atrás. Quando eu entrei na Furp, em 2015, eu acabei dispensando, não só o Gaspar, como outras pessoas lá.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - e porque motivo? Redução de custos?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Redução de custos. Não tinha...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor sabe qualificar esse Gustavo Gaspar?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não sei.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Ele... É Gustavo Gaspar.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É. Eu não sei qual outro nome que ele tem, não é? Mas sei que ele estava na Furp há alguns anos já, e ele era assessor do Dr. Flávio.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Cargo em comissão, então?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Cargo em comissão, é.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Então é fácil a gente levantar por aqui. O senhor falou que tinha, vou ser rápido aqui só para concluir o raciocínio aqui. O senhor lembra quem era o contratado que fazia transporte de pessoal lá?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Que é?

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Tinha uma empresa contratada para transportar o pessoal. O senhor se recorda quem era a empresa?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Mas, qual o nome da empresa que faz transporte de funcionários? Você sabe? Hoje, é.

Belga. Era a Belga.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Belga.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Belga.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Que fazia o transporte do pessoal?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Do pessoal.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Tá. Convênio de Saúde quem era?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Era a Unimed.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Unimed.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Agora não é mais.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não é mais. É outra?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Então, até... Assim, a Unimed ela tinha um custo para nós que era alto. Nós fizemos um trabalho de mexer no escopo de assistência médica e economizamos isso, por ano, numa nova licitação, de uns três milhões e meio a quatro milhões por ano.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Por ano.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Por ano.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Lá tinha lavanderia.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Quando eu cheguei já não estava operando mais.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não funciona.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Já não operava mais.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E como é que tinha uma...

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Externo. Era terceirizado.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - É terceirizado.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Terceirizado.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E o custo é alto?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É. Eu não sei quanto que está saindo hoje.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Foi o senhor que licitou não a época?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Ham?

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor é que contratou na época?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Quando eu cheguei já estava, não é?

Depois fizemos um... teve renovação e hoje é uma empresa diferente daquela de quando eu entrei.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E o transporte de medicamentos? Nós estivemos na fábrica e a denúncia de funcionários para os deputados é de que existe um superfaturamento no transporte de medicamentos, na logística de medicamentos. O que o senhor tem a dizer a isso, porque parece que o contrato lá foi julgado irregular e mesmo assim ele tem sido renovado. O que o senhor tem a dizer disso para mim?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - bom, quando eu cheguei na Furp tinha um contrato vigente, se eu não me engano aquele contrato já era emergencial. Mas ele estava prestes a vencer. Nós abrimos um processo da concorrência e desse processo ele deu fracassado o que nos obrigou a fazer outro contrato emergencial.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Emergencial. Com a mesma empresa?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Com a mesma empresa. Esse contrato emergencial ele foi até dezembro, se eu não me engano. Em janeiro a gente já regularizou. Quem ganhou foi a mesma empresa.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Teve mais de um participante ou não?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Teve; teve sim. E de janeiro de 2016 para cá...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - É a mesma empresa?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É a mesma empresa, mas foi feito licitação, ocorrência.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E o custo de hoje é maior ou menor do que o emergencial que foi feito lá na época? O custo a licitação?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Ah, precisa dar uma olhada, viu. Teve até uma sindicância na Furp sobre isso aí. Eu vi alguns números e parece que quando se fez a renovação inicial, se eu não me engano, eu posso até estar errando aqui, mas teve, foi menor ainda, tipo 600 mil reais, se não me engano, 700 mil reais. Precisava dar uma checada.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O secretário esteve aqui e falou que modificou toda a entrega para que... É a mesma empresa que está hoje lá?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Então, a Secretaria da Saúde tinha um projeto já antigo, de assumir a logística de medicamento; um. E isso foi realizado o ano passado. Teve um pregão e quem ganhou o pregão foi a empresa que estava com a Furp. E a transição deve estar sendo realizada, ou já foi, não sei.

O SR. CEZAR - PSDB - Sr. Durval, o senhor na fala do presidente, o Tribunal de Contas se manifestou nessas...

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - No controle de 2015 ele se manifestou, não é? O deputado está comunicando aqui com a gente. Ele julgou irregular, se não me engano. Não é isso?

O SR. CEZAR - PSDB - E mesmo assim ela continuou.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Esse parecer do Tribunal é desse ano, se não me engano. Ele julgou o contrato de 2012 agora.

O SR. CEZAR - PSDB - Então, se ele julgou irregular e continuou... Estranho, não é, Sr. Presidente? Não acatou o Tribunal de Contas.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Se me permite a busca dessa informação é porque o deputado Alex de Madureira e nós todos deputados fizemos um requerimento quanto a isso para convocar o proprietário dessa empresa aqui. Então, estava buscando alguma informação para a gente saber quando ele vier aqui qual o pensamento do ex-presidente, deputado Cezar.

Sr. Presidente, eu não tenho mais nada a perguntar.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Eu tenho só uma perguntinha, pode ser?

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Ele que está presidindo.

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Neste momento, abro a palavra para a deputada Beth Sahão, e retorno a Presidência ao deputado Edmir Chedid.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Edmir Chedid.

* * *

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Não, é apenas uma questão que ainda a gente tem uma dúvida.

Na verdade, havia um contrato com cláusulas de direitos e obrigações. Uma das obrigações da CPM era promover o registro em até dois anos. O descumprimento dessa cláusula poderia caracterizar um pedido de rescisão unilateral do contrato por culpa da concessionária? Estou perguntando isso.

E, se positivo: por que isso não foi feito?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Não, esse tema aí é o que está sendo discutido com o jurídico. O que a CPM fez foi fornecer aqueles registros clones Assim, conseguir todos aqueles em dois anos, dois anos, não é uma tarefa fácil também, junto à Anvisa.

Eu acho que o prazo foi subestimado, não só pelos registros, mas também para os investimentos de infraestrutura. E, está uma discussão que está... com o jurídico e a Furp. Não sei em que pé que está isso aí agora, mas é algo que está sendo avaliado, também. Que estava sendo avaliado.

E, quando a cliente quis, ainda esteja.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Tantas dúvidas que, a gente, à medida em que nós vamos ouvindo, a gente, às vezes, cria um cenário com um pouco mais de dúvida.

Mas, isso não é objeto.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vou fazer uma última pergunta para o senhor, até para que a gente tenha, tenha o lado do depoente.

O senhor é um homem de mercado, atuou em várias coisas, está na posição em que está hoje, ocupou vários cargos, participo de todo esse processo, dessa experiência. O senhor deve ter se perguntado aqui: quem foi, dentro do Governo, que veio com essa ideia de fazer uma concessão para gerir uma fábrica de medicamento por gênero?

Quem que o senhor... o senhor teve essa curiosidade, vamos dizer assim?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Eu vi foi na mídia, né, que na época... Parece que a Secretaria do Governo da época, do Planejamento, lá, optaram por essa alternativa.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Quem era? O senhor lembra que governo foi?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - A concessão da PPP?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - A PPP, ela aconteceu no governo do Geraldo Alckmin, foi assinada, né? Mas, ela começou antes. Eu não sei quem que... se foi ainda no governo dele ou...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É que ele também ficou tanto tempo aí, né?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - É, teve uma troca, né? Então... Mas, não consigo afirmar, não. Posso, se eu falar alguma coisa, posso estar sendo leviano.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor acha que vai terminar como isso aí, essa relação do governo com a PPP?

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Olha, não tem muitos caminhos, né? Não tem muitos caminhos. Eu entendo o seguinte: se a PPP, ela pode se tornar algo razoável. Ela pode se tornar algo razoável.

Mas, aí, a iniciativa privada vai ter que abrir mão de algumas condições. Não acontecendo isso, não sei nem se isso está sendo discutido, ou se está sendo buscado, eu não aconselho isso. Resta muita coisa para fazer, né?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Desculpe, deputado, mas é que a gente fica curioso, não é?

Se o Governo resolver romper esse contrato hoje unilateralmente, o senhor acha que ele vai ter que pagar multa? Se isso se judicializar, etc.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Olha, o que o Governo... O governo já tem uma... Assim, de acordo com os fornecimentos de medicamentos e aqueles que não foram, já tem uma dívida aqui.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Já pode entregar a fábrica lá de Américo Brasiliense para matar a dívida.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Agora, eu acho que tem que se buscar aí algo amigável, não é?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Entendi.

O SR. DURVAL DE MORAES JÚNIOR - Tem que ser amigável.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Quero registrar aqui, com muita alegria, a presença do nobre deputado Carlão Pignatari, defensor do Governo e dos Srs. Deputados, tenta fazer aí o encontro de interesses públicos da nossa população de São Paulo. Obrigado pela sua presença, nobre deputado.

Questiono ao senhor se deseja fazer alguma pergunta ao depoente. Vou dar sequência ao depoente que aqui está. Deputada Beth?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Não, eu só estranhei essa de que tem atitudes que são tomadas com tanta velocidade nesse processo, nessa parceria; e, tem atitudes que são tão morosas para ser tomadas.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Essa pergunta no ar.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Quero agradecer, então, ao Sr. Durval de Moraes Junior, ex-superintendente da Furp, no período de 2015 a 2019. Agradeço sua presença e já o estou dispensando.

E, já chamar à mesa aqui o Sr. Ricardo de Lima Silva, assessor técnico da superintendência da Furp.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Quantos membros são nesta comissão?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Esta comissão tem nove membros.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Está com quórum.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Temos quórum.

Sr. Ricardo Lima, vou fazer a leitura aqui de um texto, do embasamento legal. O senhor já acompanhou o depoimento do Dr. Durval, então, sabe aqui do trâmite da Casa. O texto aqui eu tenho que ler ao senhor comunicando que o senhor foi convocado a comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de apurar as denúncias de irregularidades afetas à gestão da Fundação Pró-Remédio Popular, Furp, envolvendo caso de corrupção no contrato da construção da fábrica de medicamentos, bem como para averiguar a reprovação das contas anuais das entidades pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e a ausência de planejamento e impactos da judicialização das demandas para fornecimento de medicamentos de alto custo.

E, como testemunha, com fundamento no Art. 203 e 218, ambos do Código de Processo Penal, combinados com o parágrafo 2º, do Art. 13, da Constituição do Estado de São Paulo, e o Art. 3º da Lei estadual 11124, de 10 de abril de 2002, bem como as demais normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis à espécie, cumpre-nos adverti-lo de que deve dizer a verdade, não podendo fazer afirmações falsas, calar ou negar a verdade a respeito dos fatos de seu conhecimento por incorrer no crime previsto no Art. 4º, inciso II, da Lei federal 1579, de 18 de março de 1952.

Passo à mão de V. Sra. um termo de compromisso, para que o senhor faça essa qualificação e assine se estiver de acordo.

Assinado o documento, passo à mão da secretaria. Vamos dar cinco minutos ou um pouco mais para o senhor quiser fazer a explanação que o senhor quiser.

Se o senhor pudesse iniciar, a sua carreira, o senhor é formado, a sua biografia um pouquinho, por favor.

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O que o senhor quiser mais colocar para os Srs. Deputados, depois eu vou abrir o questionamento dos Srs. Deputados ao senhor.

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Boa tarde a todos. Vou falar um pouco aqui da minha trajetória.

Eu sou farmacêutico formado pela Universidade de São Paulo. Trabalhei no IPT, Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Depois, trabalhei numa indústria multinacional americana, o Abbott Laboratórios.

Depois, prestei concurso para a Furp no ano de 2000, como supervisor de produção. Fui aprovado, entrei para os quadros da Furp em 2002. De lá, eu passei para chefe de produção em um novo concurso. Depois da inauguração da fábrica de Américo Brasiliense, implantação da fábrica em Américo Brasiliense, eu fui transferido para lá para fazer, para ser gerente da fábrica de Américo Brasiliense. Participei da implantação da fábrica lá em Américo.

Depois que houve a PPP, eu retornei para Guarulhos, na unidade de Guarulhos, como assessor técnico farmacêutico. É onde estou até hoje.

É essa a minha breve trajetória, e fico disponível aí para os questionamentos.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Deputada Beth Sahão, tem a palavra pelo tempo regimental.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O senhor trabalha na Furp de Guarulhos?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Sim.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Posso só fazer uma parada, nobre deputada?

Eu espero que o governo não derrube aqui o quórum. Agora, para que os deputados saibam, nós podemos continuar sem quórum ouvindo, desde que os senhores assim o desejem.

Devolvo a palavra a Vossa Excelência.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Se o senhor saberia dizer quem participou da elaboração do edital da PPP de Américo Brasiliense. E, se o senhor sabe, se o senhor considera que foi um erro a modelagem utilizada no edital.

O critério de cobrança utilizado no edital causa discrepância entre os valores devidos à CPM e o valor de mercado dos medicamentos?

Eu vou fazer uma série de questões porque, infelizmente, eu presido a Comissão de Direitos Humanos. Eu tenho Comissão hoje, então, eu não posso me ausentar.

O senhor sabe dizer o que gerou a disputa judicial travada entre a Furp e a Camargo Corrêa, a líder do consórcio responsável pela construção da fábrica de Américo Brasiliense?

Porque, na verdade, gerou um pagamento adicional de 22 ou 25 milhões ao consórcio. Foi uma paralisação na obra? E, por qual motivo foi a paralisação da obra, se o senhor tem essas informações, e se o senhor poderia nos passar.

Na data de 6 de agosto, agora, desse ano, foi ouvido aqui na CPI o engenheiro Ricardo Mahfuz, que alegou acompanhar pela Furp a empresa responsável pelo gerenciamento da obra - num primeiro momento, a Uniep, e, posteriormente, a Ductor.

O senhor sabe alguma coisa sobre essa licitação e a obra da fábrica? O senhor sabe se havia um projeto básico? Se o atraso no cronograma físico financeiro foi causado pela má elaboração do edital? E quais eram os funcionários responsáveis pelas providências em nome da Furp. O senhor poderia dizer? E pelos repasses a serem feitos pela Secretaria da Saúde.

O senhor participou de trabalhos constituídos pela Furp para analisar e acompanhar a execução do contrato, inclusive os aditamentos solicitados? E, qual foi a sua participação nos aditivos, se o senhor participou, qual foi a sua participação? E, se o senhor se recorda do valor desses aditivos, do valor exato desses aditivos.

E, se o senhor sabe dizer também quem causou o atraso na emissão de cartas de crédito necessários à aquisição dos equipamentos.

Eu tenho mais perguntas, mas eu acho que se tiver mais alguma que eu considero bastante relevante estar respondendo, eu faço ao final da sua resposta.

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Bom, em relação ao edital da PPP, quem encabeçou todos os estudos de viabilidade para a execução da PPP, no edital, na elaboração do edital da Furp, foram - na época era gestão do Dr. Flávio Vormittag, o Sr. Gustavo Gaspar Oliveira, que era o assessor, o Sr. Adivar Aparecido Cristina, que era o diretor industrial, a Seplan, a secretaria de planejamento, que contratou a Fundap e contratou também a Century, uma empresa privada que prestava consultoria nesse sentido. Também participava desse planejamento a PGE.

Esse grupo que elaborou todos os estudos para a viabilidade da PPP, inclusive a montagem do contrato e a montagem do edital.

Em relação se eu acho se houve erro na modelagem, eu posso dizer o seguinte: da minha experiência de dentro da Furp é que olhando pelo retrovisor, não me parece muito fácil hoje apontar erros. Mas, à época, o que os dados que eles tinham em mãos e os dados que eu fui pesquisar que eles utilizaram para os estudos apontavam, sim, para uma viabilidade.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Eles quem, por gentileza?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - As pessoas que eu disse aqui, o Sr. Flávio Vormittag, Adivar, Gustavo, a da Seplan eu não sei especificar as pessoas que participaram, mas estavam na Secretaria de Planejamento; a Century e a Fundap participaram desses estudos, tá?

E, os dados de que eles dispunham ali no momento, que foram levantados, apontavam, sim, para a viabilidade. Então, tanto é que se você for consultar os autos, você vai ver que ali justificava-se a implantação, a concessão seria viável para o governo.

O que não se viu depois. Depois... Eu não participei da primeira, da gestão até a entrada do Durval. Eu observava, sim, mas eu não participava das reuniões, eu não participava das decisões e da gestão.

Quando o Durval entrou, ele me nomeou para ser um dos... um coordenador da URPPP, da... isso foi em julho de 2015. A partir daí, eu comecei a tomar par dos assuntos, e comecei a perceber que havia discrepância entre aquela viabilidade inicial lá do contrato, e o que estava acontecendo no momento, que havia um desnível ali do que a Secretaria gastava com medicamentos e o que foi contratado na PPP.

E, um dos objetivos principais da PPP era dar economicidade para o estado. E, aquilo não estava acontecendo. Então, o Durval, que era o superintendente à época, foi alertado. Ele tomou todas as providências que deveriam ser tomadas, denunciou, falou com todos os órgãos do Governo para tentar achar uma saída.

Então, respondendo à pergunta que a deputada colocou, eu acho que à época, resumindo, então, à época, eles tinham elementos para concluir que era viável.

Quando eu assumi em 2015, eu vi que aquilo ali realmente tinha problemas e precisava de ações, que foram muito, no meu ponto de vista, muito bem gerenciadas pelo Dr. Durval, que aqui esteve há pouco.

Em relação ao critério de cobrança e ata e preço da CPM, sim, quando eles fizeram os estudos de viabilidade, os estudos apontavam que a ata estava menor... Aliás, minto, que a ata estava maior do que o preço da concessionária, então dava viabilidade ok.

Isso se inverteu com o advento da PPP. Quando eu assumi, a gente fez os estudos daquela cesta de medicamentos que estavam sendo fabricados naquele momento - é bom que se diga isso -, não era de todos os medicamentos, mas, sim, daquela cesta que estava em produção. Ela dava um prejuízo para o estado.

Foi ali que começou todo o trabalho de discussão, de reuniões, e tentar rever esse contrato, de melhorar, de modificar, de aditar. Tudo isso foi feito.

Então, sim. Como o Dr. Durval colocou aqui anteriormente, o critério que foi colocado de precificação foi amarrar os preços a um controlador de preço, que é a Cemed. Medicamento é um dos poucos itens na economia brasileira que é controlado, os preços.

Eles colocaram ali como um balizador. Mas, viu-se, aí, na prática, que isso aí não funciona. Não foi... não teve o efeito esperado. Está certo?

Em relação ao, agora mudando um pouco de assunto, que é bom que a gente separe bem o que é PPP e o que é obra, o que é consórcio, Camargo Corrêa. Que foi a construção da fábrica, depois teve a inauguração da fábrica por um período em que a Furp fez a gestão, depois houve a concessão PPP.

Nesse período de obra, eu não participei, eu não fazia parte da equipe de engenharia que acompanhava esse contrato, e eu não participava, também, desses assuntos de pagamento, e, também, de acompanhamento da obra.

Eu fui para Américo Brasiliense em 2009 como farmacêutico para acompanhar a instalação das máquinas de produção de medicamentos. Eu ia certificar, minha função era basicamente certificar que as instalações farmacêuticas estavam sendo instaladas de acordo com os regulamentos da Anvisa e de acordo com os regulamentos e procedimentos da fundação. Essa era a minha função.

Em relação à disputa comercial que gerou aí a denúncia de propina, eu não participei de nada disso, eu não posso dar elementos para a senhora porque eu não participei de nada dessas reuniões, não era a minha função.

Eu também ouvi pela imprensa, só. Mesmo na gestão do Durval, eu não era comunicado, eu não participava dessas reuniões, eu não sabia desses pagamentos.

A senhora perguntou também se eu sei qual é o motivo que gerou essa disputa comercial, se foram atrasos na obra. Sim, houve atrasos na obra, que eu sei, houve. Mas, eu não sabia que isso aí gerou uma disputa judicial, e havia acordos de pagamento. A minha função era exclusivamente checar se a Camargo Corrêa, que liderava o consórcio, estava fazendo todas as instalações farmacêuticas de acordo com as especificações, de acordo com o que a Furp tinha contratado.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - E estava?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Lógico. Obviamente que numa empresa complexa como aquela, numa estrutura farmacêutica em que eu estou há mais de 25 anos trabalhando, é bastante... tem muitos detalhes, né?

Um ou outro detalhe a gente ia corrigindo durante as instalações. Mas, posso dizer assim, que, no geral, sim, as instalações foram feitas de acordo com a regulação, de acordo com as normas. Inclusive, foi aproveitada pela própria ANS quando foi concedido.

A ANS aproveitou toda a estrutura que a Furp deixou lá pronta. Eu fui um dos que participou da certificação da fábrica. Porque, primeiro, você monta uma fábrica; depois a Anvisa vai lá e certifica, dizendo: “Essa fábrica aqui, ela pode produzir medicamentos, porque ela obedece todas as regras”, não são poucas, “da qualidade para produzir medicamentos”. E nós recebemos esse, essa certificação como Furp. Então, os técnicos da Furp receberam a certificação.

Na sequência nós passamos à fábrica certificada em operação para a MS operar. Isso foi em agosto de 2013. Então, em relação ao Sr. Ricardo Mahfuz, que ele era o engenheiro responsável para acompanhar a obra, a construção e também a instalação dos sistemas farmacêuticos, ele... lá tinha as empresas que fazem gerenciamento, sim, que era a Uniemp e a Ductor. Quando eu fui para lá, se não me engano, só havia a Ductor. Eu não sei precisar para a senhora, eu não me recordo de pessoas da Uniemp quando eu fui para lá em 2009, mas da Ductor, sim. E eles faziam, sim, o gerenciamento da obra, o atendimento de todas as pendências. Eu os vi trabalhando lá, mas não era minha função fazer esse tipo de acompanhamento. Então, eu não, eu não participava dessas reuniões e desse, desse gerenciamento.

Em relação ao aditamento, então já respondi à pergunta. Quando foram os aditamentos, eu ficava sabendo que eram aditamentos basicamente de prazo, né? E essa

recomposição do equilíbrio econômico, que gerou essa controvérsia toda, eu não acompanhei, mas eu ouvi assim que havia aditamentos de prazo, porque havia atrasos.

E em relação à liberação das cartas de crédito, as cartas de crédito, salvo engano, eu não sou, novamente eu não era o responsável, elas eram liberadas pela Secretaria da Saúde, mediante relatórios que a Furp enviava de atendimento. E eu fiquei sabendo de alguns atrasos que houve, mas eu não sabia dizer os motivos. E também não sei dizer quem era o responsável pela liberação das cartas à época. Não sei dizer, porque o meu trabalho era estritamente técnico. Então, eu não... nem eram colocadas à minha disposição essas informações.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - A última pergunta: o senhor tem conhecimento se o cronograma de investimentos previstos no edital de licitação não foi cumprido integralmente pela CEMP? Em caso afirmativo, o senhor sabe dizer qual a razão do não cumprimento?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Em relação aos investimentos, o contrato original previa uma lista de investimentos. Não falava de valores, somente uma lista, inclusive nessa lista de investimentos tinham itens lá, e não eram de investimentos, propriamente dito, eram de custeio, eram de material de consumo, filtros, etc. Então, no meu entendimento foi um erro ali técnico da elaboração do, da lista, princípio.

O período de investimento foi de outubro de 2014 a outubro de 2015. Esse era o período de um ano que a CPM tinha para fazer todos os investimentos, aquela lista toda de investimento. Nessa lista de investimento, havia obras para serem realizadas. Nós, técnicos, sabemos que é inviável, era inviável, é e era inviável fazer aquela gama de investimentos em um ano, porque tinha projetos, a Furp tinha que aprovar os projetos, eram projetos complexos. Quem elaborou o edital, e fez aquela lista, imaginou, creio eu, que seria suficiente, mas depois nós vimos que aquilo era não era possível fazer. A CPM apresentou uma carta, isso eu não estava ainda na gestão, eu assumi a gestão em julho de 15. Estou falando aqui de 2014. A CPM entrou em contato..., notificou, aliás, mandou uma correspondência para a Furp, alegando que queria rever os investimentos. Por quê? A Secretaria tinha mudado a lista de medicamentos e os investimentos... elas têm que ser aderentes aos medicamentos, porque para você fazer determinado medicamento, você precisa de investimento A. Para fazer um medicamento B, você precisa de outro investimento: ferramentas, máquinas, que são específicas para aquele

medicamento. Então, a CPM alegou o seguinte: “Olha, está alterando a lista de medicamentos.” A Secretaria já não estava comprando vários medicamentos que foram previstos na lista original do contrato àquela época, já no primeiro ano de... contratual. Então, a CPM colocou argumentos técnicos plausíveis, que a Furp, à época, os gestores entenderam que valeria a pena apreciar. Quando nós entramos, em 2015, a gente retomou o diálogo com a CPM em relação aos investimentos, e ela apresentou assim: “Olha, vamos colocar investimentos que vão trazer benefícios para a Fundação”, isto é, equipamentos mais modernos, mais aderentes à lista de medicamentos atuais, vamos tirar esses itens que são de consumo, vamos substituí-los por coisas que podem trazer, ajudar na operação da fábrica e tudo o mais. Isso foi sendo tratado em 2015/2016, sendo que ao final a Furp definiu uma lista, um cronograma que mais, no meu ponto de vista, vale ressaltar aqui que o contrato permite esse tipo de revisão.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Formalizou-se isso no aditivo?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Formalizou-se. Então, não foi feito um aditivo. Foi feito apenas um novo cronograma, porque quando a gente foi apresentar a proposta de aditivo junto à CPP, à PGE, a CPP achou melhor a gente fazer esses estudos de viabilidade para ver se esse aditivo... que tipo de impacto esses aditivos teriam no contrato.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Não foi feito um aditivo, foi feita uma alteração contratual?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Isso, é.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Mas pode fazer isso?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Foi feito através de uma carta. Foi alterado só o cronograma dos... não foi alterado o..., entendeu? Foi alterado só o cronograma e alterado alguns itens, mas não foi feito um aditivo, porque estava se esperando a conclusão desses estudos para ver...

O SR. - Normalmente, deputada, isso aí é por aditamento contratual, por uma carta.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Por uma carta, mas então, lembra quando o Flávio veio aqui, o Sr. Flávio veio aqui, ele falou que tudo e qualquer alteração passava pelo conselho. Passou pelo conselho isso da...

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Não sei dizer se passou pelo conselho agora. Mas não foi feito aditivo, não.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Se dá por satisfeita, nobre deputada?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Tenho que me retirar, porque eu tenho aqui do lado a Comissão...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Se é que não é nesse plenário, Excelência, 14 horas, 14:15.

Mas passar a palavra ao nobre deputado Agente Federal Danilo Balas.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Sr. Ricardo de Lima, o senhor atua hoje ainda na Furp, assessorando a Superintendência? É isso?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Sim.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Há alguma sindicância em andamento, e se sim, se o senhor já foi ouvido, tem algum... alguma atuação nessa sindicância, até pela capacidade técnica que o senhor diz que, demonstra ter?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Sim, uma sindicância a respeito da... dessa denúncia do Ministério Público. E eu fui ouvido, sim, nessa sindicância, da época que eu trabalhei lá na unidade de Américo Brasiliense. Eu trabalhei lá por quatro anos, e eu fui questionado, à época, sobre a gestão lá da fábrica e tudo o mais.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Peço que o senhor remeta a oitiva do senhor da sindicância para esta CPI, por gentileza.

O senhor já foi ouvido no Ministério Público do Estado de São Paulo?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Não.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Ainda não. E, na sua visão, o senhor qualifica como vantajosa para o Estado e para a população a atual permanência da fábrica da Furp como Fundação Para o Remédio Popular?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - O senhor está dizendo se eu... se eu acho que a Furp...

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Se é vantajoso para o Estado manter a Furp ou, como nós já vimos outros depoentes aqui falando em privatização, concessão ou o Estado abrir mão da manutenção da Furp.

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Olha, como o Dr. Durval colocou aqui anteriormente, eu partilho com a mesma ideia. Assim: o governo tem que decidir primeiramente se ele quer ser produtor de medicamentos. Se ele quer ser produtor de medicamentos, se ele entende que isso é uma estratégia de governo importante, que eu acho que é, na minha opinião, OK? Ele tem que investir na Furp, ele tem que investir para que a Furp mantenha os seus registros, que traga novos registros e que atualize o seu parque fabril, que contrate novos profissionais, que capacite os profissionais que lá estão, para que a Furp consiga acompanhar o mercado farmacêutico, que ele é muito dinâmico. O mercado farmacêutico é dinâmico e ele muda o tempo todo. Se não houver investimentos, a Furp, como o Dr. Durval colocou, ela vai terminar se auto..., ela vai terminar desaparecendo, porque ela vai ser engolida pela onda das inovações e das atualizações.

Então, existe um custo muito alto para se manter uma indústria farmacêutica, para se atualizar os medicamentos, mantê-los no seu portfólio e trazer novos também. Mas eu acho assim: no meu ponto de vista que a Furp é muito importante, no sentido, primeiro, de treinar profissionais do mercado, que a Furp, para mim, foi uma escola. Eu

aprendi praticamente tudo o que eu sei na Furp. A Furp sempre prezou muito pela qualidade dos medicamentos.

Então, o medicamento da Furp é distribuído gratuitamente no SUS, mas ele... eu posso garantir que a qualidade dele é tão boa como o melhor dos outros laboratórios privados que estão aí. A Furp leva muito à sério a questão da qualidade. A Furp tem problemas de abastecimento por problemas... outros problemas de gestão que houve no passado, ocorriam atrasos, ocorriam atrasos no fornecimento, que foram, aos poucos, demonstrando problemas na Furp que precisavam ser melhorados. Mas ela é uma empresa assim: se houver investimento, ela vai ser uma produtora, ela vai ser eficiente, e ela tem condição, inclusive, de ampliar o seu... a sua carta de clientes aí pelo Brasil afora, não só dentro do estado de São Paulo, e de ser assim produtiva e lucrativa. Eu tenho essa convicção, mas é uma decisão de governo. O governo tem que decidir o que ele quer.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Obrigado, Ricardo.

Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Deputado Auricchio.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Bom dia, Sr. Presidente, bom dia a todos, Sr. Ricardo. Queria fazer uma pergunta: a deputada Beth Sahnão perguntou aqui nessa CPI ao superintendente atual, Dr. Afonso, isso está público no YouTube para quem quiser conferir, se os investimentos em contrato foram feitos pela CPM. O superintendente respondeu que estavam previstos investimentos na ordem de 63 milhões de reais e que a CPM investiu apenas 15 milhões de reais. Daria aí quase 20% do valor que deveria ter sido investido. E o Sr. William Mendes Januário, autor da denúncia ao Ministério Público, trouxe à CPI documentos de 2017, que mostram que, segundo o Sr. Ricardo, assessor técnico da Furp, os investimentos estimados que deveriam ser feitos pela CPM corresponderiam a 130 milhões de reais.

Eu perguntei ao William, Sr. William, se no caso fosse membro da CPI, se pudesse escolher uma pergunta para fazer ao Sr. Ricardo de Lima qual seria. E ele respondeu por que essa diferença e, nesse momento, pergunto ao senhor realmente o porquê dessa diferença.

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Eu vou deixar claro aqui o seguinte: os investimentos, o pacote de investimentos que foi considerado nesse contrato, ele engloba registros e investimentos em máquinas, equipamentos e melhorias da fábrica. Certo? Os dois somados foram estimados em 130 milhões nos estudos prévios, estimados em 130 milhões nos estudos prévios da PPP. OK? Se não me engano 63 milhões em equipamentos, máquinas, melhorias de fábrica, e o restante em registros de medicamento. OK? O que remunera para o consórcio, para a concessionária esses investimentos? Através da parcela A, que é uma das contraprestações básicas do contrato. OK? É isso. Desses 63 milhões de máquinas, equipamentos e melhorias na fábrica, a CPM, em valores atualizados, o valor preciso depois eu posso informar para os senhores, mas está em torno de... entre 15 e 18 milhões de reais, que eles já executaram até o momento. OK? É isso.

A Furp não pagou, até então, nem um real de parcela A. Então, a Furp nunca remunerou a concessionária acerca dos investimentos, que ela investiu cerca de 18 milhões, são valores estimados. Dos 63 milhões, ela investiu cerca de 18 milhões, e dos investimentos em registro, foi aquilo que o Dr. Durval colocou. Como foi disponibilizada para a Furp na modalidade clone, a Furp entendeu que não ia pagar. Então, a Furp até agora não pagou por esses investimentos, mas é assim que se divide, OK? Esses 130 milhões significam 70 milhões em registros e 63 milhões em máquinas e equipamentos. Foi isso que o Dr. Afonso explicou aqui.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Na sua opinião, por que a CPM não conseguiu cumprir com todas as obrigações contratuais? E não era motivo isso já de romper o contrato com a CPM?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Olha, quando começou o contrato, o contrato não especificou que os registros, por exemplo, eles deveriam ser em que modalidade, se teria que ser na modalidade ordinária ou na modalidade clone. O contrato não falou isso. Ele falou “Sim, registro.” A CPM optou pelo registro clone para dar celeridade ao início da produção, só que o registro clone foi uma decisão que a CPM tomou de registrar na modalidade clone. Ela dá celeridade à produção, entretanto ela disponibiliza um registro que não era interesse da Furp, que é um registro que fica atrelado ao registro da MS, que não é um ativo próprio independente da Furp. Entendeu? Então, foi uma decisão que a concessionária tomou, está certo? Mas que não

parou a produção. O registro clone é um registro normal, você pode comercializá-lo, você pode atuar normalmente com ele. E não atrapalhou a execução lá da PPP. Então, eles produziram, eles entregaram os medicamentos, e essa questão do registro clone, a CPM alega que a Furp aceitou os clones, e a Furp alega que não. Então, esse assunto está ainda sendo tratado no aspecto jurídico para ver, determinar aí quem tem razão nessa história toda. Mas a Furp nunca remunerou a CPM em relação a isso. Foi a penalidade que a Furp entendeu dar para a concessionária por conta desse clone.

Vale ressaltar que a CPM está entrando com processo na Anvisa para transformar esses registros clone em registros ordinários, para que satisfaça o que a Furp quer, que são os registros ordinários.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Só a última pergunta: o Sr. Flávio Vormittag disse que se a PPP fosse executada como contratada, ela seria, de fato, muito boa para o Estado. Hoje a gente vê que, é o motivo dessa CPI, que ela está lesando o nosso Estado. Logo, já em um ano, os preços que se comprava era já estava muito acima do valor no mercado. Você acha que esse contrato foi implementado de forma correta, ou ele já nasceu com vícios intencionais, no caso?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Olha, retomando aquele meu raciocínio inicial: na ótica do Dr. Flávio, eu não posso falar por ele, obviamente, eu estou supondo aqui, apenas supondo que na ótica dele, em 2013, os elementos que foram lhe apresentados, que ele estava em mãos, que ele detinha ali, apontava para uma viabilidade do contrato e vantajosidade para o Estado. Na sequência, o Dr. Flávio saiu, ele saiu no início da execução do contrato. Acredito eu que ele não, não teve tempo hábil de tomar ciência de que aquilo ali era inviável. OK? Quando a gestão do Sr. Durval entrou, ele pediu para analisar o contrato a fundo. Nós analisamos e nós identificamos esse problema. Foi a partir daí que nós começamos a questionar e a entender que aquilo ali não estava vantajoso, como previa originalmente. Entendeu? Mas eu não tenho elementos para dizer que aquilo ali foi intencional ou não. Não sei dizer, mas assim, entendo que na ótica do Dr. Flávio havia, sim, viabilidade.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Satisfeito, presidente. Só fiz essa pergunta porque todo mundo falou que tinha muita gente envolvida na elaboração do contrato, até uma consultoria. Então, uma consultoria não prever isso, é muito estranho.

Um dia, se eu precisar de consultoria, a única que eu não vou procurar, com certeza, é essa.

Obrigado, viu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Deputado Agente Federal Danilo Balas.

Então, vou fazer meu questionamento rapidamente. Passo a Presidência ao senhor e peço já a palavra.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Agente Federal Danilo Balas.

* * *

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Sr. Ricardo, o senhor é funcionário concursado da...

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Sim.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Da Furp? O senhor é o cara, não é? Porque o senhor é o antes, o durante e o depois. Quem conhece tudo é o senhor. E o senhor tem muito para dizer para a gente. Não vai dar tempo de a gente fazer o questionamento que a gente deseja, que pelo menos que eu desejo ao senhor hoje. O senhor vai ter que voltar aqui numa nova data a ser agendada, espero que de comum acordo.

Mas vou partir já para as perguntas, porque o senhor conhece tudo, o senhor conhece tudo, o senhor participou de tudo.

Não estou dizendo que o senhor esteja envolvido. Nem ainda li o relatório para ver se o seu nome é o cara que cria dificuldades para alguém obter facilidades ou o inverso. Não estou te acusando de nada, mas, como antes, durante e depois... E o senhor tem um conhecimento e participou proximamente de todos os superintendentes lá, informando de tudo. Vão aqui alguns questionamentos.

O senhor participou das discussões e decisões sobre a construção da fábrica de Américo Brasiliense?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Não, da construção, não. Não participei nem da elaboração dos editais, nada.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Mas o senhor participava de toda a fiscalização da fábrica.

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Não, na época da construção da fábrica eu era supervisor de uma unidade de Guarulhos. Não participava de nada relacionado a Américo Brasiliense.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor não ia lá para Américo Brasiliense? Nada, nada, nada?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Fui uma vez visitar, no lançamento da pedra de inauguração, não sei como fala isso... Pedra fundamental. Fui lá participar de uma visita.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Um ato político lá.

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Isso, um ato político. Só isso. Foi o único contato que tive.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor conhece o Sr. Ricardo Mahfuz?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Sim.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Trabalhou com ele na Furp?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Sim.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Qual era a função dele lá?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Ele era assessor técnico de engenharia.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Ele era seu subordinado?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Ele era subordinado a quem?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Ao superintendente.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Quem era o superintendente nesse período?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Na época do Mahfuz, se não me engano, era o Dr. Ricardo Oliva e o Dr. Rubens Scaff.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O cronograma físico da obra, da construção da fábrica, foi cumprido? O cronograma financeiro da obra?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Eu não sei informar, pois não era o responsável por isso e também não acompanhava.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor atuou mais, então, na PPP?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Não, atuei na fábrica de Américo Brasiliense. Fui para lá como farmacêutico para verificar se as especificações das máquinas que o consórcio estava comprando estavam de acordo com o que a Furp tinha colocado no edital.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E estavam de acordo?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Sim, na grande maioria, sim. Alguns desvios que houve, a gente regularizou.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor emitiu relatório apontando desconformidades do contrato da construção da fábrica de Américo Brasiliense que

embasou uma notificação que a Furp fez para o consórcio Furp II. Quais eram essas desconformidades, na época? E quais as justificativas do consórcio?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Eu não me lembro de qual notificação, mas houve várias em relação aos equipamentos. Falta de acessórios, alguns acessórios com defeito, que não estavam com bom funcionamento.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Vou pedir ao senhor que faça esse levantamento e encaminhe para cá o quanto antes, até a sua volta aqui.

A CPI teve acesso a alguns emails trocados entre o senhor e o Srs. Antonio Eduardo Torres da Silva e Martin Wende sobre uma reunião que teria acontecido no dia 12 de agosto de 2015 para tratar de pendências para o encerramento do contrato 59.914, da execução da segunda etapa da obra da construção da fábrica de Américo Brasiliense.

O senhor se recorda de quem mais participou dessa reunião?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Sinceramente, agora não me recordo dessa reunião. Foram várias.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor já se reuniu com Antonio Eduardo Torres da Silva e Martin Wende?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Sim. Foram várias reuniões, sempre tocando no assunto das instalações das máquinas, da qualificação dos equipamentos, que era a minha função. Eu verificava se as máquinas estavam com bom funcionamento e se estavam de acordo.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Dessa reunião, o Walter Brocanello participou?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Acredito que não. O Walter veio depois.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Houve uma reunião entre o senhor, Walter Brocanello e Martin Wende?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Sim, nós fizemos uma reunião com o consórcio, mas não me recordo agora se o Sr. Martin Wende estava. Não me recordo.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E o Antonio Eduardo Torres da Silva, quem é?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Ele era o engenheiro da Camargo Corrêa, responsável por acompanhar, por gerenciar a obra de Américo Brasiliense.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E ele fazia reunião com o senhor também?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Sim.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Sim. E Klaus Baumgart?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - O senhor Klaus era um engenheiro contratado pela Camargo Corrêa para dar assessoria na instalação dos equipamentos farmacêuticos. Ele era um especialista em equipamentos para produção de medicamentos. Era contratado pela Camargo... Não sei se pela Camargo, pelo consórcio. Não sei dizer quem era o contratante dele.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor sabe quem fez a delação premiada da Camargo Corrêa, que delatou membros da Furp?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Eu vi pela imprensa o nome da pessoa, mas não conheço.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Nunca esteve com ela? Quando o senhor tomou conhecimento disso, o senhor não se lembra de ter se reunido com essa pessoa?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Não. Não me recordo.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Em algum momento o Sr. Ricardo Mahfuz botou pressão no senhor para o senhor abrir mão de alguma coisa que o senhor tenha colocado, de alguma notificação que o senhor iria fazer, pediu para retirar, para o senhor mudar a notificação, que não estava correta?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Não, não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - A mesma pergunta para o Sr. Ricardo Oliva.

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Não, nunca recebi pressão para fazer alguma coisa que não estivesse correta.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Essa reunião que aconteceu lá atrás, dia 12 de agosto, que era para tratar do encerramento do contrato, da segunda etapa da construção. Essa reunião chegou a alguma solução?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Olha, eram inúmeros itens que estavam pendentes. Pelo menos da minha parte, que eram equipamentos para instalação, tinham algumas pendências. Não, todas não; uma grande parte, sim. Todas não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O contrato teve aditivo de prazo, todos nós já ouvimos, depois teve esse reequilíbrio econômico, que há a discussão de delação premiada, que membros da Furp foram beneficiados de forma irregular com repasses de recurso para facilitar esse pagamento. Esse contrato dessa obra terminou? Ele foi encerrado?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Eu não sou o gestor desse contrato e nunca fui. Eu não posso precisar para o senhor. Eu acredito que não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Está em aberto ainda?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Sim.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Mas eles não terminaram? O senhor está lá, o senhor é o antes, durante e depois. Prova viva de tudo o que aconteceu lá, o histórico, acompanhou o processo. Já não era para ter encerrado esse contrato?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Olha, os motivos pelos quais ele ainda não foi encerrado eu posso depois levantar e passar para o senhor. No momento agora, não consigo especificar.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Se o senhor puder fazer isso, porque ou terminou o objeto ou não terminou o objeto, não é? Se não terminou, por que não terminou? Se terminou... Daqui a pouco vem outro pedido de reequilíbrio, não é?

Qual foi o seu papel na discussão da definição sobre o contrato da PPP com a CPM? O senhor não participou da elaboração desse projeto de PPP lá atrás?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Não, não participei.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Até agora, a gente tem visto que esse contrato de PPP tem causado prejuízo ao estado. O senhor também tem essa visão?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Sim.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor é coordenador ou participa do grupo gestor que fiscaliza a PPP?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Sim.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Na prática, o que acontece com essa fiscalização? Há reuniões de acompanhamento da execução?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Sim. Mensalmente, a Furp tem uma equipe de fiscalizadores especializados na parte de engenharia, na parte de segurança, na parte de qualidade do medicamento, na parte de atendimento ao plano de produção e tratamento de efluentes.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - São emitidos relatórios por esse grupo gestor, por escrito?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Sim. Mensalmente é feita a fiscalização, é feita uma medição da eficiência do parceiro privado ou da concessionária e é emitido um índice de eficiência. Esse índice varia de 80% a 100 por cento. Esses relatórios são mensais e estão disponíveis. Eles fazem parte de um processo.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Então nunca dá abaixo de 80?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Não pode dar, pelo contrato não pode dar abaixo de 80. É de 80 a 100 por cento.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E tem dado abaixo de 80?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Não, nunca ocorreu. Variou de 90 a 100.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - É engraçado, não é? A fábrica dá prejuízo, está inoperante, não produz o que é para ser produzido e nunca abaixo de 80. A gente vai querer entender como é, porque existe um contrato, existem índices que vocês devem seguir, mas nós vamos querer saber isso depois.

Esse grupo que atesta o cumprimento do contrato, é esse o grupo que atesta o contrato para fins de pagamento à CPM?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Sim. É uma medição mensal para executar o pagamento.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor já falou mais ou menos como eles são analisados e de que maneira. O senhor quer falar mais alguma coisa sobre isso, no dia de hoje?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Em relação à fiscalização?

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - A essa fiscalização.

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - A fiscalização é multidisciplinar. Existem engenheiros, farmacêuticos, que fazem a fiscalização mensal, principalmente visando a qualidade do medicamento, a conservação do patrimônio público e a segurança patrimonial. Tudo isso é checado, é feito um relatório. Nesse relatório não estão aspectos que estão sendo comentados aqui, como, por exemplo, relação com ata de registro de preços, valores de mercado. Isso não tem.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não, é quanto ao contrato, ao cumprimento da concessionária.

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - É só medição do cumprimento da rotina de uma indústria farmacêutica.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Então vou pedir para o senhor encaminhar para gente, com a maior agilidade possível, por favor, todos esses relatórios, desde o início do contrato, e também a ata dessa reunião de 12 de agosto de 2015. E a informação se o contrato nº 59.914 e possíveis aditivos, etc. e tudo, foi encerrado ou não. Se sim, por que sim? Se não, por que não? Para informar a gente, por favor.

Agora a última pergunta: o senhor acabou de dizer para a deputada Beth Sahnão, para os colegas deputados, que a fábrica é viável, ela pode produzir, ela pode dar uma resposta a tudo isso. Por que ela não dá, então? Por que isso não acontece? O culpado é o Governo do Estado? O culpado é a CPM? São culpados os dois?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Olha, eu posso dizer o seguinte: na minha avaliação... É uma opinião minha, o meu entendimento e obviamente não sou dono da verdade. Estou na Furp há 20 anos, eu vi a Furp passar por diversos momentos.

Quando entrei na Furp, ela era muito produtiva, era muito eficiente e eu me orgulhava muito de fazer parte daquilo. Eu era encarregado de produção recém-formado e para mim foi um aprendizado muito grande. Então, aprendi a gostar da Furp.

Com o passar dos anos, percebi que a Furp, nos momentos em que ela precisava de apoio e investimento, e com o aparecimento das empresas de genéricos, com o crescimento de novos entrantes no mercado farmacêutico, as empresas de genéricos

crescendo, a Furp foi, aos poucos, sendo desvalorizada, no sentido de que obviamente não tinha condições de competir com os laboratórios privados.

Você vai, por exemplo, a um laboratório desses e praticamente não tem funcionário nenhum trabalhando na produção. É tudo automatizado. E a Furp tem a característica de ter muitos funcionários, mesmo porque é uma empresa pública, tem concurso público e tudo mais.

Então, é até desleal você comparar a Furp, em termos de eficiência, com uma empresa privada. Essas empresas privadas entraram no mercado oferecendo preços baixíssimos e a Furp não conseguiu acompanhar isso. Aos poucos ela foi perdendo sua capacidade de investimento, foi perdendo registros, o seu portfólio foi se desintegrando e ela está na situação que está.

Ela tem dificuldades de se recuperar porque precisa de atualização de maquinário, de instalações, precisa de investimentos em portfólio, remodelagem de portfólio e tudo mais, para voltar a ser o que era antes. Como eu disse anteriormente, o governo, no caso, tem que decidir o que ele quer da Furp. A primeira coisa é essa, porque não adianta a Furp ir lá e ficar batendo na porta se não houver interesse. O governo tem que decidir isso primeiramente para depois fazer um plano de recuperação. Mas que ela é viável, no meu ponto de vista, é sim.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Mas, Sr. Ricardo, fábrica nova, equipamento novo, uma PPP. Acho que o intuito de quem fez aquilo lá foi: “Puxa, vamos entregar na mão de quem é eficiente, que não tenha engessamento de contratar ou demitir, que tenha capacidade de gerenciar, produzir remédios, fazer...”. Por que não faz? Aí não depende nada de governo, há a PPP lá, um contrato.

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Olha, a PPP falhou no sentido de que a modelagem que foi feita de precificação, como o Dr. Durval colocou aqui, como até o Dr. Afonso colocou aqui na oitava dele, a modelagem de precificação falhou. Não deu a economicidade para o governo que se esperava. Se atrelou ao preço da concessionária, é um valor, é um reajuste de uma tabela de preços do governo federal, que é a CMED. Isso falhou e fez com que os preços da CPM ficassem acima dos de mercado.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Nós temos os bilionários dos genéricos no país. O Carlos Sanchez é um deles. O pai dele também era farmacêutico, passou a

produzir remédios e a cada três anos a empresa dobra, cresce e faz. Maior expertise que essa para gerenciar uma fábrica dessas, por que não vai para frente? Ou ele assumiu aquilo lá para, de repente, não deixar ir mesmo e os negócios dele e de outros melhorarem? Se ele produz o remédio dele na fábrica dele por um custo pequeno - ele ou qualquer outra farmacêutica que produz o mesmo remédio por um custo menor -, por que aquela fábrica não poderia produzir?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Olha, no meu ponto de vista, ele é um empresário bem sucedido no ramo farmacêutico. Foi apresentado um edital a ele e ele participou do edital e foi o vencedor. Agora, o contrato em si que foi inviável. Eu não sei a quem imputar responsabilidade, não consigo ver nenhum tipo de... Imputar responsabilidade no privado pelo fracasso da PPP.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não sei se é imputar responsabilidade. Ele tem um contrato a cumprir, mas você falou, você é profundo conhecedor, você é um cara que conhece tudo, que gosta da Furp.

Nós aqui não queremos fechar a Furp, não queremos nada disso. Quem quer fechar a Furp é o Governo do Estado e quem mais bateu no Governo do Estado até agora foi um deputado que é do Governo do Estado.

O que nós queremos é ver, não queremos corrupção, queremos que isso seja bem aplicado, que se produza o remédio, que o remédio chegue gratuitamente à população, que o estado gaste menos com isso e gaste melhor. Aí queremos ver se todo mundo salva a fábrica da Furp.

Em sua opinião, a Furp de Américo Brasiliense, que tem uma PPP, por que não funciona? É falta de sentar e “vamos resolver o problema aqui”? Não fica troca de ofício para lá, troca de ofício para cá, email, “vamos sentar na hora que der”, não sei o quê... O que você faria?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Olha, deputado, eu acho que tudo o que foi possível... Isso é novamente o que eu acho: tudo o que foi possível de se fazer para sensibilizar o parceiro privado para que o serviço fosse mantido e que fosse vantajoso para o estado, a Furp fez. A Furp apresentou os dados, a Furp se prontificou a fazer um aditamento contratual, a Furp se prontificou a fazer um estudo de modelagem

de novos medicamentos, de novas listas. A Furp fez tudo o que foi possível para tentar revisar esse contrato e torná-lo viável. E ele é viável.

Só que a iniciativa privada, neste caso específico, foi refratária às iniciativas da Furp. Obviamente, eu entendo, como disse anteriormente, que ele participou do edital, ganhou e quer que aquilo seja cumprido. Esse sempre foi o argumento da concessionária: “Olha, está o contrato aqui e quero que se cumpra”.

Então, estamos na situação que estamos, mas vale esse estudo que está sendo feito pela Fipecafi dentro da Furp, que o Dr. Afonso está lá acompanhando. Ele vai apontar também todas as deficiências do contrato, pode ser que muito mais do que isso que estamos conversando hoje e também pode apontar saídas. Acho que vale a pena esperar esse relatório sair, que talvez venha ali... São especialistas acostumados a esse tipo de situação e podem apresentar saídas que não estamos vendo agora.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Qual é o valor da multa do contrato? É um percentual, se a Furp romper com a PPP? O senhor se recorda?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Olha, o contrato prevê algumas modalidades de encerramento contratual. A modalidade, no momento, mais viável, seria a encampação, seria o estado ir lá e retomar o serviço. Aí teria que indenizar a concessionária pelos investimentos realizados e outras coisas.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor tem noção de quanto é esse valor?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Eu não sei estimar aqui. Uma estimativa que fizemos no ano passado não passa de 50 milhões de reais. Não deve passar disso.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem, agradeço sua exposição. Presidente, dou por satisfeito o questionamento, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Agradeço a presença de todos e repasso a palavra ao nobre deputado Edmir Chedid.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Edmir Chedid.

* * *

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor deseja falar alguma coisa mais?

O SR. RICARDO DE LIMA E SILVA - Não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Quero agradecer a sua presença, dos deputados, de todos aqueles que estão aqui, da assessoria dos Srs. Deputados, do procurador da Casa também, que nos dá auxílio, Dr. Cláudio Haase, e encerrar a presente reunião, já convocando os senhores para amanhã, uma nova reunião às onze horas da manhã, em que vamos fazer a oitiva do Sr. Francisco Caravante e do Sr. Walter Brocanello Júnior.

Muito obrigado, está encerrada a sessão.

* * *